



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**Ordenamento da Área do Castelo e
Requalificação de Dois Largos do Centro
Histórico de Montemor-o-Novo**

Volume I

David Alexandre Sanona Barreiros

Orientação: Prof. Doutora Rute Sousa Matos

Coorientação: Arquiteta Paisagista Helena Maria
Freire Paixão

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, Março de 2014



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**Ordenamento da Área do Castelo e
Requalificação de Dois Largos do Centro
Histórico de Montemor-o-Novo**

Volume I

David Alexandre Sanona Barreiros

Orientação: Prof. Doutora Rute Sousa Matos

Coorientação: Arquiteta Paisagista Helena Maria
Freire Paixão

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, Março de 2014

RESUMO

Ordenamento da Área do Castelo e Requalificação de Dois Largos do Centro Histórico de Montemor-o-Novo

Este relatório representa o trabalho desenvolvido durante o período de estágio realizado na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, na divisão de Projetos de Reabilitação Urbana (PRU).

A primeira abordagem incide no ordenamento da área do Castelo de Montemor-o-Novo, mais propriamente na requalificação do terreiro do Convento da Saudação e de S. Tiago, dos caminhos/acessibilidades, do acesso às muralhas e escavações arqueológicas e na proposta de estacionamento de veículos na zona extra-muralhas.

A segunda diz respeito à requalificação do Largo dos Paços do Concelho, para o qual se realizaram diferentes propostas. Em duas das propostas alargou-se o espaço de intervenção ao Largo Alexandre Herculano, necessário à criação de mais estacionamento automóvel.

ABSTRACT

Planning Area of Castle and Requalification of Two Places in the Historic Center of Montemor-o-Novo

This report represents the work done during the training held in the City Hall of Montemor-o-Novo, Division of Urban Rehabilitation Projects (URP).

The first approach focuses on spatial area Castle of Montemor-o-Novo, more specifically the requalification of the yard of Convento da Saudação and S. Tiago, the paths/accessibility, access to walls and archaeological excavations and the proposed vehicle parking in the area outside the walls.

The second concerns the requalification of Largo dos Paços do Concelho, for which was different proposals were made. In two of the proposals was expanded the space of intervention to Largo Alexandre Herculano, needed to create more car parking.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a uma pessoa muito especial, a Telma, que me incentivou a ingressar neste curso e que em todo o percurso sempre me motivou e apoiou.

Em segundo quero agradecer aos meus pais pelo esforço e ajuda que me deram, permitindo a realização desta jornada, pois sem eles esta não teria sido possível.

Aos professores da Universidade de Évora que durante este percurso incansavelmente me ensinaram, motivaram e estimularam o gosto por esta profissão.

A todos os colegas e amigos que fui conhecendo no decorrer desta etapa, pelas vivências, entre ajuda e partilha de conhecimentos, que de certa maneira ajudaram a passar os momentos de maior aperto e dificuldade com um sorriso na cara, fazendo-me crescer tanto a nível pessoal como profissional e moldando-me no que sou hoje.

À Câmara Municipal de Montemor-o-Novo pela oportunidade da realização deste estágio.

À Professora Rute Sousa Matos que aceitou ser minha orientadora de estágio e à Arquiteta Helena Maria Freire Paixão minha coorientadora, pelo apoio, disponibilidade e conhecimento transmitido por ambas. Sem esta ajuda o presente relatório não teria sido realizável.

Por fim aos colegas de divisão (DAU e PRU) da Câmara pelo acolhimento e boa disposição que me proporcionaram durante a realização deste estágio.

ÍNDICE

VOLUME I

RESUMO	V
ABSTRACT	VII
AGRADECIMENTOS	IX
ÍNDICE	XI
ÍNDICE FIGURAS	XIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ABERTO DO CASTELO DE MONTEMOR-O-NOVO	5
2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	7
2.2. ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO	11
2.3. PATRIMÓNIO ENQUANTO MEMÓRIA	15
2.4. ESTRUTURA ECOLÓGICA	18
2.5. PROGRAMA	24
2.6. PLANO GERAL DA REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ABERTO DO CASTELO DE MONTEMOR-O-NOVO	26
2.6.1. TERREIRO DO CONVENTO DA NOSSA SENHORA DA SAUDAÇÃO	27
2.6.2. TERREIRO DA IGREJA DE S. TIAGO	29
2.6.3. RUÍNA DOS PAÇOS DO CONCELHO OU CADEIA	32
2.6.4. PAÇO DOS ALCAIDES	33
2.6.5. IGREJA DE SANTA MARIA DO BISPO	34
2.6.6. MATADOURO MOURISCO	35
2.6.7. PASSADIÇO DAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS	36
2.6.8. ESTACIONAMENTO	37
2.6.9. PERCURSOS PATRIMONIAIS	39
2.6.10. MOBILIÁRIO URBANO	43
2.6.11. GUARDA CORPOS – MURALHAS	45

2.6.12. SINALÉTICA	46
2.7. CONSIDERAÇÕES PESSOAIS	48
3. REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DOS PAÇOS DO CONCELHO	49
3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	51
3.2. ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO	54
3.3. ESPAÇO PÚBLICO ABERTO – A PRAÇA ENQUANTO ESPAÇO DE COMUNIDADE	56
3.4. PROGRAMA	60
3.5. PROPOSTAS	61
3.5.1. ESTUDO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA	62
3.5.2. PROPOSTA I	63
3.5.3. PROPOSTA II	68
3.5.4. PROPOSTA III	70
3.6. CONSIDERAÇÕES PESSOAIS	73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	XVII

VOLUME II

ANEXOS

ÍNDICE DE FIGURAS

VOLUME I

Fig. 01 – Livro aberto	1
Fig. 02 – Fotografia aérea com delimitação do espaço de intervenção a cores	5
Fig. 03 – Gravura de Pier Maria Baldi – 1668	8
Fig. 04 – Mapa do Castelo	12
Fig. 05 – Planta de Zonamento do Plano de Urbanização de Montemor-o-Novo – ZEP do Castelo	13
Fig. 06 – Esquema da Estrutura Ecológica Nacional – 1º e 2º Níveis	20
Fig. 07 – Estrutura Verde – Planta de Zonamento do PU	22
Fig. 08 – Grandes vetores considerados na Estrutura Ecológica e principais produtos	23
Fig. 09 – Projeto CNAT – Centro Nacional de Artes Transdisciplinares	25
Fig. 10 – Plano Geral da Requalificação do Espaço Aberto do Castelo de Montemor-o-Novo	26
Fig. 11 – <i>Zoom 1</i> – Plano Geral	27
Fig. 12 – Vista geral sobre o Terreiro do Convento da Saudação	27
Fig. 13 – Estereometrias – Laje de granito	28
Fig. 14 – <i>Zoom 2</i> – Plano Geral	29
Fig. 15 – Ravinamentos causados pela erosão hídrica – Entrada Terreiro de S. Tiago ...	29
Fig. 16 – Entrada no Terreiro de S. Tiago	29
Fig. 17 – Corte AA'	30
Fig. 18 – Arruamento de ligação entre a Igreja de S. Tiago e o Convento da Saudação	30
Fig. 19 – Vista geral sobre o anfiteatro e o Terreiro de S. Tiago	30
Fig. 20 – Vista sobre as “galerias”	31
Fig. 21 – Vista do adarve da muralha para o Terreiro de S. Tiago	31
Fig. 22 – Acesso do Terreiro à Torre da Má-Hora	31
Fig. 23 – <i>Zoom 3</i> – Plano Geral	32
Fig. 24 – Ruína dos Paços do Concelho ou Cadeia	32
Fig. 25 – Vista sobre a Praça e a Ruína dos Paços do Concelho ou Cadeia	32
Fig. 26 – <i>Zoom 4</i> – Plano Geral	33
Fig. 27 – Paço dos Alcaldes – miradouro	33
Fig. 28 – <i>Zoom 5</i> – Plano Geral	34
Fig. 29 – Igreja de St. Maria do Bispo	34
Fig. 30 – Igreja de St. Maria do Bispo – Portal Manuelino	34

Fig. 31 – <i>Zoom 6</i> – Plano Geral	35
Fig. 32 – Estrutura de acesso ao Matadouro Mourisco	35
Fig. 33 – Corte BB'	35
Fig. 34 – <i>Zoom 7</i> – Plano Geral	36
Fig. 35 – Arruamento de acesso ao passadiço sobre-elevado	36
Fig. 36 – Passadiço sobre-elevado	36
Fig. 37 – <i>Zoom 8</i> – Plano Geral	37
Fig. 38 – Rua Condessa de Valenças	37
Fig. 39 – Parque de estacionamento (1)	37
Fig. 40 – Corte CC'	37
Fig. 41 – Acesso ao Castelo para veículos pesados de passageiros	38
Fig. 42 – Esquema de percursos patrimoniais	40
Fig. 43 – Planta de informação – Elementos construídos Portas e Ruas	41
Fig. 44 – Esquema do arruamento em calçada	42
Fig. 45 – Esquema do arruamento em saibro	42
Fig. 46 – Exemplos de arruamentos em calçada regular de cubo de granito	42
Fig. 47 – Exemplos de peças modulares – mesa/bancos/papeleira/luminária	43
Fig. 48 – Pormenores – cinzeiro/papeleira	43
Fig. 49 – Banco em bloco de granito	43
Fig. 50 – Banco/papeleira/luminária	43
Fig. 51 – Rua Condessa de Valenças	44
Fig. 52 – Rua do Quebra Costas	44
Fig. 53 – Zona do Parque Infantil	44
Fig. 54 – <i>Deck</i> e arruamento de serviço da cafetaria	44
Fig.'s 55A e 55B – Guarda corpos – muralha	45
Fig. 55C – Peça técnica – guarda corpos muralha	45
Fig. 56A – Guarda corpos – muro	46
Fig. 56B – Peça técnica – guarda corpos muro	46
Fig. 57 – Sinalética de direção	46
Fig. 58 – Sinalética de informação	46
Fig. 59 – Sinalética de direção (2)	47
Fig. 60 – Sinalética de informação (2)	47
Fig. 61 – Fotografia aérea com delimitação do espaço de intervenção a cores	49
Fig. 62 – Largo dos Paços do Concelho – atualmente	51
Fig. 63 – Antigo Pelourinho – Largo dos Paços do Concelho	51

Fig. 64 – Largo dos Paços do Concelho (2) – atualmente	52
Fig. 65 – Largo dos Paços do Concelho – 1950 aprox.	52
Fig. 66 – Mapa de informação de elementos com interesse	53
Fig. 67 – Largo dos Paços do Concelho – situação atual	55
Fig. 68 – Plano de circulação viário existente	62
Fig. 69 – Plano de circulação viário proposto	62
Fig. 70 – Largo Alexandre Herculano – situação atual	63
Fig. 71 – Largo Alexandre Herculano – proposta do estacionamento de superfície	63
Fig. 72 – Largo Alexandre Herculano – proposta do estacionamento subterrâneo	64
Fig. 73 – Corte transversal (corte AA')	64
Fig. 74 – Número de lugares de estacionamento existente	65
Fig. 75 – Número de lugares de estacionamento proposto	65
Fig. 76 – Plano geral da Proposta I para o Largo dos Paços do Concelho	66
Fig. 77 – Corte transversal (corte BB')	67
Fig. 78 – Zonas de estadia	67
Fig. 79 – Plano geral da Proposta II para o Largo dos Paços do Concelho	68
Fig. 80 – Corte transversal (corte CC')	68
Fig. 81 – Quadro – Número de lugares de estacionamento	69
Fig. 82 – Plano geral da Proposta III para o Largo dos Paços do Concelho	70
Fig. 83 – Corte transversal (corte DD')	71
Fig. 84 – Livros	75
Fig. 85 – Biblioteca	XVII

CRÉDITOS DE IMAGENS

Todas as figuras apresentadas neste documento são da nossa autoria, exceto as figuras 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 61, 63, 65, 67, 84 e 85, cuja fonte é indicada junto das mesmas.

1. INTRODUÇÃO



Fig. 01 – Livro aberto

Fonte: <http://www.imprensaregional.cienciaviva.pt> [6 Dez. 2013]

No seguimento da conclusão da licenciatura em Arquitetura Paisagista pela Universidade de Évora, e de acordo com o processo Bolonha iniciámos o mestrado na mesma área de conhecimento e universidade.

Visto que para concluir este curso era necessário elaborar um trabalho final, onde era possível optar por uma dissertação, por um trabalho de projeto, ou por um relatório de estágio, a preferência pelo relatório de estágio desde cedo foi tomada porque, na nossa opinião, este tipo de trabalho é mais enriquecedor. Para além de permitir fazer a transição da formação académica para o mercado de trabalho complementa, ainda, a formação obtida na instituição de ensino com a aquisição de novas competências profissionais permitindo, posteriormente, uma melhor iniciação na profissão.

O local escolhido para estagiar foi a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Por um lado por ser o nosso local de residência, o nosso concelho, o nosso lugar de habitar. Por outro, era uma possibilidade de ganhar conhecimentos a um nível “mais burocrático”, em comparação com um *atelier*, pelo facto de ser uma entidade pública.

A duração do estágio foi de 6 meses, com início em Outubro de 2012. Durante esse período foi-nos pedida a realização das seguintes propostas: o ordenamento da área do Castelo e a requalificação de dois largos do Centro Histórico de Montemor-o-Novo.

O trabalho organiza-se em duas partes distintas que correspondem aos dois projetos desenvolvidos, no decorrer do período de estágio.

O primeiro capítulo é relativo à requalificação do espaço aberto do Castelo de Montemor-o-Novo e estrutura-se do seguinte modo: em primeiro lugar é apresentada uma contextualização histórica do espaço, seguida pela sua análise e caracterização. Desta primeira fase surgiu a necessidade de realizar uma breve pesquisa sobre o conceito de património e de memória, uma vez que seria determinante no desenvolvimento da proposta. Porque somos arquitetos paisagistas e porque a nossa intervenção deve ter sempre como base os sistemas e os processos ecológicos, ainda que os espaços a projetar se localizem na cidade tradicional mais densa e compacta, em termos de edificado, considerámos, também, importante perceber como é que este conjunto era enquadrado na estrutura ecológica urbana.

Após esta segunda fase de pesquisa bibliográfica, determinante para o desenvolvimento da proposta, surge então a sua apresentação de uma forma mais detalhada. Este primeiro capítulo termina com algumas considerações pessoais sobre este projeto.

O segundo capítulo refere-se à requalificação do Largo dos Paços do Concelho e, à semelhança do anterior, inicia-se com uma primeira fase de contextualização histórica e de análise e caracterização do espaço.

Segue-se uma breve pesquisa bibliográfica sobre a tipologia de praça/largo enquanto espaço público aberto e espaço de comunidade, que vai determinar a proposta que apresentamos nos subcapítulos seguintes. Este capítulo também termina com algumas considerações pessoais.

O relatório conclui-se com as considerações finais onde fazemos algumas reflexões acerca do trabalho de estágio. Seguem-se as referências bibliográficas e os anexos.

2. REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ABERTO DO CASTELO DE MONTEMOR- O-NOVO



Fig. 02 – Fotografia aérea com delimitação do espaço de intervenção a cores
Fonte: Bing Maps [2 Jul. 2013]

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Segundo o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (n.d.), *“a região de Montemor-o-Novo, de remotíssima ocupação humana, chegou a integrar um castro romanizado e, possivelmente, uma fortificação muçulmana. Com o avanço da reconquista Cristã peninsular, a povoação foi conquistada por D. Sancho I, no início do século XIII, estando então praticamente arruinada. Visando o seu repovoamento, essencial à defesa do território, o mesmo monarca outorgou-lhe um primeiro foral, em 1203, na sequência do qual se terá começado a erguer de novo uma fortificação. A alcáçova, hoje em ruínas, parece datar ainda desta época. Mas será com D. Dinis que, à semelhança do sucedido em todo o Alentejo, se efetuaram grandes obras no castelo, incluindo a construção da muralha da vila. (...) As obras no castelo continuaram ao longo do tempo, sendo de realçar a intervenção levada a cabo em finais do século XV, a cargo de Afonso Mendes de Oliveira, mestre de pedraria, a quem D. Manuel encarregou de vários trabalhos do género (incluindo o reforço do Castelo de Olivença).”*

A vila pertenceu à Coroa até 1384. Nesse ano, D. João I entrega-a a D. Nuno Álvares Pereira como prémio pelos serviços prestados ao país. Mais tarde, seria seu donatário D. João de Bragança, Marquês de Montemor, que foi destituído do cargo em 1483, em consequência do envolvimento na rede de oposição ativa a D. João II, e a vila e o seu castelo voltaram para a posse direta da Coroa (Câmara Municipal de Montemor-o-Novo [CMMN], 2004).

A alcáçova hoje conhecida como Paço dos Alcaides, foi palco das Cortes de 1477, 1481-82 e 1495, e na qual decorreram alguns factos importantes da História de Portugal. Os reis D. Sancho I, D. Dinis, D. Afonso IV, D. João I, D. Duarte, D. João II e D. Manuel quando passaram pela vila também aqui se albergaram (CMMN, 2004).

Segundo o cronista Rui Pina, estando D. Dinis em 1288 em Conselho nos Paços de Montemor-o-Novo, terá sido dirigido a petição ao Papa para se retirar uma parte das rendas de várias igrejas do reino para subsidiar os Estudos Gerais¹, futura Universidade Portuguesa. Foi aqui também que em 1495, segundo João de Barros, se realizaram as cortes que debateram a proposta de D. Manuel I de enviar a primeira expedição marítima à Índia (CMMN, 2004).

¹ “Em 12 de Novembro de 1288, vários eclesiásticos do reino dirigem uma petição ao Papa Nicolau IV, a fim de ser instituído em Portugal um Estudo Geral. Esta petição encontra-se no Livro Verde – cartulário universitário do século XV. Em 1 de Março de 1290 D. Dinis funda, em Lisboa, a Universidade Portuguesa. Em 9 de Agosto de 1290 o Papa Nicolau IV confirma por bula pontifícia a criação da Universidade” (<http://www.regiaocentro.net/lugares/coimbra/universidade/>, 18 Set. 2013).

Em 1503, a vila, então a viver um período de grande prosperidade, e já francamente expandida para o arrabalde, é agraciada com o segundo Foral, dado por D. Manuel I. Desta época data o início da construção do Convento da Saudação (IGESPAR, n.d.).

Em 1527 o número de habitantes só no interior da cerca rondavam os 3600. Na segunda metade do século XVI, em 1563, a vila de Montemor é promovida a *Vila Notável* por D. Sebastião, nesta altura havia no reino cerca de 15 vilas notáveis, o que atesta a sua importância no contexto nacional.

“O castelo teve um papel preponderante no combate à ocupação castelhana, e ao longo da Guerra da Restauração, quando D. João IV determinou novo reforço da fortificação, de forma a poder enfrentar as modernas táticas militares. Voltou a ser objeto de ataques no início do século XIX, durante as invasões francesas, quando já se encontrava em estado de alguma degradação, provocada pelo terremoto de 1755, que determinou vários trabalhos de consolidação ainda durante o século XVIII” (IGESPAR, n.d.).



Fig. 03 – Gravura de Pier Maria Baldi – 1668

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO (2004). *Montemor-o-Novo: Castelo*.

Cronologia da História do Castelo (CMMN, 2004)

- 1181** Primeira referência documental a Montemor;
- 1203** D. Sancho I concede o primeiro Foral à vila;
- 1288** Estando em Montemor, D. Dinis, decide pedir autorização ao Papa para ser retirada uma parte das rendas de várias igrejas do reino para subsidiar os Estudos Gerais;
- 1302** Primeiras referências escritas às igrejas de S. Tiago, Santa Maria da Vila e S. João Baptista;
- 1316** Primeira referência escrita à Igreja de Santa Maria do Bispo;
- 1385** D. Nuno Álvares Pereira ocupa pacificamente o Castelo, sendo-lhe de seguida entregue a posse da vila por D. João I;
- 1402** D. João I convoca as cortes para Montemor. É debatida a situação político-militar do país;
- 1477** D. Afonso V reúne as cortes na vila para obter ajuda pecuniária para a guerra que se travava;
- 1481** Devido a um surto de peste em Évora, as Cortes são transferidas para Montemor;
- 1483** Incidentes entre D. João II e a família Bragança. O Alcaide de Montemor é decapitado na praça de Armas do Castelo;
- 1484** É assinado em Montemor-o-Novo o tratado de paz entre D. João II e Carlos VIII de França;
- 1495** Nas cortes reunidas em Montemor-o-Novo foi debatida a proposta de D. Manuel I de envio da primeira expedição marítima à Índia;
- 1501** Início da construção do Convento da Saudação;
- 1503** D. Manuel I concede o segundo Foral a Montemor-o-Novo;
- 1563** D. Sebastião eleva Montemor à categoria de Vila Notável;
- 1580** Montemor defende-se do exército castelhano comandado pelo Duque de Alba;
- 1637** Em consequência das célebres revoltas populares de Évora (revolta do "Manuelinho"), o povo de Montemor insurge-se também contra os novos impostos;
- 1663** Durante a guerra da Restauração, o Castelo é assaltado pelo exército castelhano;

- 1664** D. João IV manda reconstruir as muralhas do Castelo. A obra não chega a ser terminada;
- 1725-46** Com a vila intra-muros em decadência, a Câmara e a Administração local mudam-se para o arrabalde;
- 1755** O terramoto de Lisboa atinge Montemor, destruindo casas e igrejas que ainda resistiam no interior da cerca;
- Séc. XIX** A Câmara divide o Castelo em talhões e vende-os a agricultores;
- 1937-45** A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.) efetua obras de reconstrução de dois troços de muralha que se encontravam desmoronados e consolidação do troço de muralha junto à Porta da Vila;
- 1965-66** Reparações na Torre do Relógio (D.G.E.M.N.);
- 1970-78** Diversas obras de beneficiação de alguns troços de muralha e do Convento da Saudação (D.G.E.M.N.);
- Anos 80** Processo de reaquisição dos terrenos do Castelo pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo;
- 1983** Obras de conservação na Torre do Anjo (D.G.E.M.N.);
- 1983-87** Escavações Arqueológicas no Castelo nas zonas de Santa Maria da Vila e Santa Maria do Bispo;
- 1992-93** Escavações Arqueológicas no Adro e interior da Igreja de S. Tiago e no terreiro do Convento da Saudação;
- 1997** A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo elabora o Programa de Recuperação e Revitalização do Castelo (Programa do Castelo);
- 1997** Realização de obras de recuperação de coberturas do Convento (D.G.E.M.N.);
- 1998** Realização de obras de recuperação pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (restauro de caixilharias);
- 2001** Rui Horta / Centro Coreográfico de Montemor-o-Novo instala-se no Convento da Saudação;
- 2001** O Programa do Castelo instala a Oficina de Arqueologia no Convento da Saudação;
- 2001** O IPPAR realiza obras de consolidação na Torre e Porta da Má-Hora e muralha adjacente;
- 2002-03** Escavações Arqueológicas no Castelo de Montemor-o-Novo. São descobertos os primeiros indícios de povoamento islâmico na colina do Castelo.

2.2. ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

O Castelo de Montemor-o-Novo (Monumento Nacional desde 1951, *Decreto-lei 38147* de 5 de Janeiro) emerge sobre a cidade, a sul, assenta numa plataforma natural de forma triangular, com o seu ponto mais alto de 299m acima do nível médio do mar, e um perímetro e uma área aproximada de 1.600m e 90.000m², respetivamente.

Presentemente, e após aceleração do estado de ruína ao longo do século XX, preserva essencialmente o lanço principal da muralha dionisina, protegida por onze torreões cilíndricos, com barbacãs² do século XIV. A alcáçova, ou Paço dos Alcaides, construção de inícios do século XIII, atualmente em ruínas, tem planta retangular e é protegida por duas torres. O acesso ao Castelo faz-se pela muralha a Norte, voltada para a vila, através da Porta da Vila ou Porta Nova, anteriormente conhecida por Porta de Santarém. Aí se localiza igualmente a Torre do Relógio e a Casa da Guarda, onde se destaca o brasão de armas de D. Manuel. Dentro do perímetro das muralhas subsistem ainda vestígios de habitações e uma cisterna, as Igrejas de S. João Baptista e de S. Tiago, e as ruínas da Igreja de Santa Maria do Bispo, para além do Convento de Nossa Senhora da Saudação, incluídos na classificação do Castelo (IGESPAR, n.d.) – ver Fig. 04.

O conjunto do Castelo e do Convento da Saudação estão presentemente integrados num processo de valorização tutelado pelo IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico, com vista a consolidar e recuperar as estruturas, e reabilitar o Convento da Saudação, destinando-o a espaço cultural (IGESPAR, n.d.).

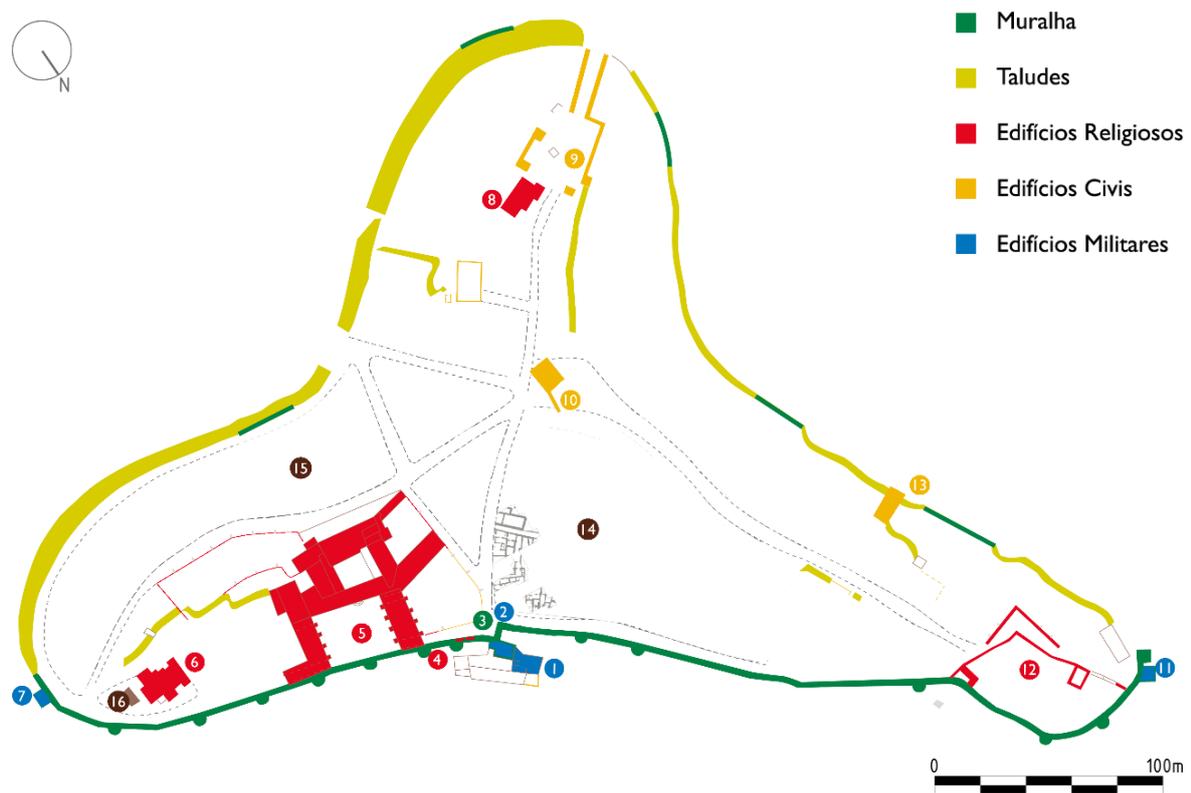
Em termos de instrumentos de gestão territoriais, este conjunto encontra-se inserido no perímetro urbano da cidade de Montemor-o-Novo, na qual está abrangido por uma Zona Especial de Proteção (ZEP) incluída no Plano de Urbanização (PU) (Fig. 05).

As ZEP visam alargar os efeitos de defesa e salvaguarda de um monumento ou imóvel, classificado ou em vias de classificação, a uma área envolvente, na qual os bens imóveis ficam sujeitos a restrições de intervenção idênticas àquelas a que está sujeito o próprio bem classificado (FERREIRA, 1992), pelo que não se podem fazer quaisquer alterações sem que as mesmas sejam sujeitas a parecer da administração central, neste caso, do IGESPAR.

² Do latim *barbacana*. Muro extra-muralhas, de menor altura que estas, com a função de defesa. Permitia defender o fosso ou acesso a pontes e cidades. Podia ser construída em frente da porta da cidade para permitir o tiro de cima, obrigando as forças sitiadas a circunscreverem o seu itinerário pelo local onde estava colocada a força defensiva (CMMN, 2004).

As ZEP são definidas a partir da fisiografia e das referências que proporciona na paisagem como: cristas de montes, cumeadas, servidões de vistas, cursos de água, etc.

As zonas de proteção constituem servidões administrativas e poderão incluir zonas *non aedificandi*, para a criação de tamponamentos levando à minimização de impactos causados pela construção ou para salvaguarda de solos arqueológicos (IGESPAR, n.d.).



- | | |
|---|---|
| 1 - Casa da Guarda | 9 - Paço dos Alcaides ou Paço Real |
| 2 - Torre do Relógio | 10 - Ruína dos Paços do Concelho ou Cadeia |
| 3 - Porta da Vila ou de Santarém | 11 - Torre e Porta do Anjo ou do Bispo |
| 4 - Arcos-sólios Tumulares | 12 - Ruínas da Igreja de Santa Maria do Bispo |
| 5 - Convento de N ^ª S ^ª da Saudação | 13 - Matadouro Mourisco |
| 6 - Centro Interpretativo Igreja de S. Tiago | 14 - Malha Urbana Medieval Moderna |
| 7 - Torre da Má-Hora e Porta de S. Tiago | 15 - Mata |
| 8 - Igreja de S. João Baptista | 16 - WC Público |

Fig. 04 - Mapa do Castelo

Fonte: Adaptado de Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

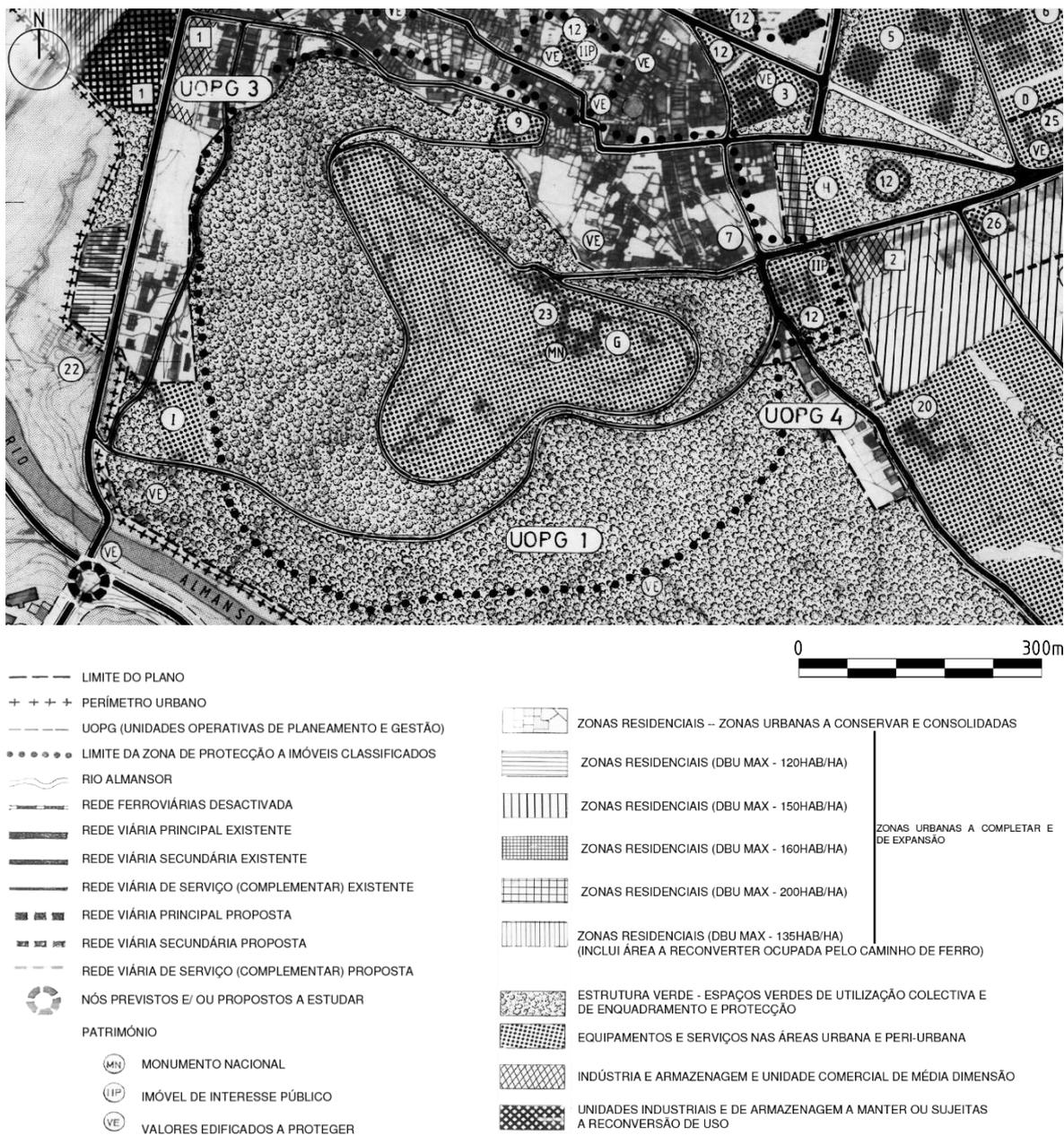


Fig. 05 – Planta de Zonamento do Plano de Urbanização de Montemor-o-Novo – ZEP do Castelo

Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

O Castelo de Montemor-o-Novo está classificado como Monumento Nacional, como já tínhamos referido. Este facto fez com que a proposta de intervenção tivesse algumas atenções especiais devido à presença de elementos arquitetónicos imponentes que, na sua totalidade, representam um conjunto monumental importante, bem como o facto de o espaço ser um local de investigações arqueológicas. Assim sendo, o tipo de intervenção pretendida para este espaço pretende a sua requalificação e reabilitação, de modo a evitar estruturas impositivas que concorram com as existentes, sem contudo renunciar à contemporaneidade

da intervenção e ao diálogo entre épocas diferentes, potenciando as suas condições de atratividade enquanto espaço qualificado de cultura e lazer.

Como já tínhamos referido anteriormente, o Castelo encontra-se em mau estado de conservação, apesar das intervenções já realizadas. Carece de uma requalificação mais profunda, que possibilite aos seus visitantes algum conforto durante a sua permanência. Referimo-nos a:

- Existência de mobiliário urbano – o pouco que subsiste está degradado;
- Requalificação dos percursos – os percursos secundários estão por norma repletos de herbáceas infestantes, e/ou possuem ravinamentos devido às chuvas;
- Requalificação dos espaços contíguos aos elementos construídos – alguns destes espaços estão um pouco ao abandono, e isso traduz-se na degradação desses elementos, devido ao crescimento incontrolado de vegetação junto e “dentro” destes, o que impossibilita ou desinteressa a sua visita.

Urge requalificar este conjunto, para que o seu estado de conservação não se agrave, além de que, se não oferecermos o mínimo de condições aos seus visitantes, o tempo da sua permanência no local será diminuto. O Castelo é um verdadeiro *ex-libris* da cidade e com um grande valor identitário; logo, achamos fundamental que se torne o grande pólo atrativo da cidade de Montemor-o-Novo, tanto para os visitantes/turistas como para os habitantes. Como parte da cidade de hoje, é importante que Montemor e o país não o depreciem, é um património valioso que é necessário defender e preservar para as gerações vindouras.

Após a contextualização histórica e a análise e caracterização do espaço considerámos fundamental, como já foi referido, efetuar uma breve pesquisa sobre o conceito de património, uma vez que nunca nos poderíamos alhear da importância acrescida do facto de este ser considerado um conjunto patrimonial de elevado valor – monumento nacional. Considerámos também que nos interessava, assim como à população, que esta abordagem ao conceito de património fosse associada à memória, principalmente à memória coletiva deste povo e desta comunidade, uma vez que seria segundo este princípio que pretendíamos direccionar a nossa proposta de intervenção, que se apresenta no subcapítulo seguinte (2.3.).

Dada a dimensão deste espaço e também a sua grande permeabilidade, sentimos também a necessidade de perceber qual a relação e a importância que este espaço teria na estrutura ecológica da cidade e no seu sistema de espaços abertos, com o intuito de o preservar, também, como espaço predominante permeável e favorável à ocorrência de processos e fluxos ecológicos, para além das questões associadas ao património edificado, uma vez que é determinante no desenho e na profissão do arquiteto paisagista. Este estudo apresenta-se no subcapítulo 2.4.

2.3. PATRIMÓNIO ENQUANTO MEMÓRIA

Tal como foi referido anteriormente, neste subcapítulo pretendemos, sumariamente, reforçar a importância do património e da sua requalificação através de uma pesquisa bibliográfica de alguns autores especialistas na matéria, e através dos quais enquadrámos a nossa intervenção.

No contexto cultural dos dias de hoje, é inerente a necessidade de salvaguardar e valorizar os testemunhos remanescentes da herança histórico-monumental do passado, como fator de continuidade na construção da memória coletiva dos povos, contribuindo para a definição e para a fixação da identidade social e cultural dos mesmos. Reconhecemo-nos e valorizamo-nos, com a convicção de que preservar o passado é prestigiar o presente (FERREIRA, 1992).

A salvaguarda e valorização destes testemunhos advêm de diretrizes para a conservação, manutenção e restauração do património cultural, criadas pelos organismos internacionais de defesa do património, das quais se destacam a UNESCO (1945), o Conselho da Europa (1949), o ICOMOS (1965), e o IGESPAR no que diz respeito ao ambiente nacional.

Dos textos normativos em relação ao conceito *Património*, queremos destacar algumas das diretrizes base:

- **Convenção de Haia** – Proteção dos bens culturais em caso de conflito armado – 14 de Maio de 1954;
- **Carta de Veneza** – Conservação e restauro dos monumentos e dos sítios – 31 de Maio de 1964;
- **Carta de Paris** – Convenção do Património Mundial – 17/21 de Maio de 1972.

A nível nacional está em vigor a *Lei nº 107/2001*, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, que veio revogar a *Lei nº 13/85* de 6 de Julho, do Património Cultural Português. No Artigo 2º da atual lei em vigor, vem descrito o conceito e âmbito de património cultural, declarando o seguinte:

“1 – Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização.

(...)

3 – O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património

cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 - Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas. (...) "

Resumidamente, no que se refere ao conceito de património, podemos afirmar que, o património é a herança do nosso passado, com a qual vivemos hoje e que passamos às gerações futuras. É um conjunto de bens, materiais ou imateriais, que possuem uma importância significativa para a conservação e a identidade da cultura de um povo.

O património é um testemunho, uma convocação do passado, é um documento excepcional da memória histórica com a função de (re)memorar acontecimentos importantes; daí a relação com o conceito de memória coletiva. A memória coletiva legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, do património, que por sua vez é reproduzido e preservado através da memória coletiva (RODRIGUES, n.d.)

Segundo Halbwachs, *"é na sociedade que as pessoas normalmente adquirem as suas memórias. É também na sociedade que recordam, reconhecem, e localizam as suas memórias"*³. Centeno Jorge refere que, *"sem memória não seria sequer possível conceptualizar o património, essa herança que vem obviamente de trás, do que nos procedeu e que justifica aquilo que somos"*⁴.

O património é, portanto, a âncora da memória das pessoas e a procedência das comunidades; é o indicador das suas identidades, dando-lhes segurança e servindo-lhes de referência. Como refere Alcantud (CARNEIRO, 2004, p. 54), a nossa sociedade não suporta o sentimento de perda, o fim das coisas e dos indivíduos, logo, a salvaguarda do património permite, de certa maneira, prolongar a existência social sem que haja amnésia coletiva – perda de memória e identidade, individual ou coletiva.

Na perspectiva de Furet (CARNEIRO, 2004, p. 66), a criação de um novo campo em matéria de salvaguarda de património nas últimas décadas, deve-se ao facto do crescente desenraizamento das cidades modernas, em que o estilo de vida da sociedade e os seus novos padrões de comportamento, influenciados pelo progresso, refletem-se nos indivíduos que a compõem, mais solitários, afastados do seu meio, privados das suas raízes. Assim, para o autor, é difícil não relacionar essa descontextualização existencial do Homem contemporâneo com a sua paixão pelo um novo enraizamento num passado que lhe pertence.

³ Citação original: *"It is in society that people normally acquire their memories. It is also in society that they recall, recognize, and localize their memories"*, citado em RODRIGUES, n.d., p. 5.

⁴ Citado em CARNEIRO, 2004, p. 77.

Segundo ROZISKY (2013), para o Homem contemporâneo o património apresenta-se como uma garantia de solidez e estabilidade e, como objeto mediador no processo de articulação entre tradição e modernidade, emergindo das contradições do presente. CARNEIRO (2004, p. 186) refere que, o Homem contemporâneo sente a necessidade de garantir o futuro vivendo o presente e assumindo o passado, como elemento da sua contemporaneidade.

O património e a memória encontram-se no dia-a-dia do cidadão, estimulando o sentimento de pertença, de identidade, da sua comunidade, da sua cidade. O cidadão deve preservar a sua identidade e ter um sentimento de apropriação face ao património – preservação como ato de cultura.

A UNESCO sublinha que os bens culturais têm uma importância fundamental para a memória dos povos e a riqueza das culturas. O património é a nossa história, a marca da nossa passagem por este mundo.

Proferindo TORRES (n.d.), *“a História já não é um corpo sem vida, mas uma vida sem corpo”*, sendo o Património o corpo da História. *“Ela (a História) flui e respira pela dinâmica que lhe concebemos. Ela é enquanto nós somos, tal como nós somos enquanto ela é. Tempos, mundos, épocas, conceções e vidas que marcam e explicam a passagem do Homem pela Vida e a passagem do Homem pela Morte. Dois mundos, duas realidades, muitos tempos dentro de um mesmo tempo: a perenidade ou a negação do finito. Eu enquanto eu próprio, Eu Próprio enquanto Homem, Homem enquanto Vida, e Vida enquanto História”*; História enquanto Património, e Património enquanto memória.

É fundamentada nestes princípios que surge a nossa proposta de intervenção que se apresenta no subcapítulo 2.5.

2.4. ESTRUTURA ECOLÓGICA

Estrutura Ecológica (EE), segundo o Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista “Professor Caldeira Cabral” (CEAP), é um conceito espacial, entendido como uma estrutura planeada, assente em componentes ecológicas que constituem o suporte físico e biológico necessário à conservação e valorização das funções ecológicas, de modo a favorecer a diversidade biológica e da paisagem, promover o uso sustentável dos recursos naturais e fornecer os bens materiais e imateriais necessários à vida humana. Este conceito está consagrado na legislação Portuguesa (no *Decreto-Lei nº 380/99* de 22 de Setembro, alterado pelo *Decreto-Lei nº 316/2007*, de 19 de Setembro e pelo *Decreto-Lei n.º 46/2009*, de 20 de Fevereiro) na qual constitui um instrumento indispensável para um ordenamento do território de base ecológica (CEAP, 2013).

O CEAP está a elaborar uma proposta de delimitação e regulamentação da Estrutura Ecológica Nacional (EEN). Pretende com isto colmatar as deficiências (in)existentes nas suas delimitações noutros planos (PROT, PDM, etc.), em que são elaboradas por diferentes equipas, logo, com competências e utilização de critérios distintos. Assim, as áreas de proteção necessárias à conservação dos recursos e ciclos naturais, que se consideram estruturais e indispensáveis ao desenvolvimento sustentável do País, que se encontram dispersas na legislação (REN, RAN, Domínio Público Hídrico, Rede Fundamental de Conservação da Natureza, etc.), e que a sua gestão depende de diferentes instituições, serão englobadas pela EEN.

Segundo o CEAP (2013), as atividades e ocupações compatíveis com a aptidão de cada componente da EEN são de carácter muito diferente, o que levou a uma estruturação da EEN em dois níveis⁵, de acordo com o valor ou grau de sensibilidade ecológica atribuído a cada componente.

Na elaboração desta proposta o CEAP e a sua equipa de colaboradores criou um produto (ainda em fase de experimentação), o EPIC (Environmental Planning, Investigation and Cartography) WebSIG, que consiste numa ferramenta de fornecimento de cartografia com grande potencial, em que disponibiliza informação espacial de âmbito territorial. Esta

⁵ **Nível 1** – componentes com valor ou grau de sensibilidade ecológica mais elevado: Linhas de água, Águas marinhas e costeiras, Águas de transição (e embocadura fluvial), Águas interiores, Sistema Húmido, Solos de elevado e muito elevado valor ecológico, Litoral, Áreas declivosas, Vegetação natural e semi-natural com valor de conservação elevado e muito elevado, Áreas de Conservação da Natureza que incluem: a) Rede Natura 2000 b) IBAs c) Sítios Ramsar; d) Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa; e) Reservas da Biosfera da UNESCO; f) Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Nível 2 – componentes com menor grau de valor ecológico: Cabeços em sistema húmido antigo, Áreas de máxima infiltração, Terras altas, Vegetação natural e semi-natural com valor de conservação moderado, baixo e muito baixo.

ferramenta contribuirá para a elaboração de Estudos e Planos de Ordenamento do Território até à escala municipal.

Partindo deste pressuposto, fomos analisar esta cartografia (Fig. 06) na zona do município de Montemor-o-Novo, com o intuito de analisarmos as zonas na qual as nossas propostas se inseriam, visto que o Plano Diretor Municipal (PDM) encontra-se a ser revisto atualmente, e ainda não existe uma carta da Estrutura Ecológica Municipal do concelho.

Desde logo, podemos verificar que a área urbana consolidada não é abrangida no estudo realizado pelo CEAP. Verificamos também que a área do castelo de Montemor-o-Novo (área de intervenção - zona delimitada a vermelho) se encontra incluída neste estudo, e está compreendida na EEN de 1º e 2º nível. Na de 1º nível é abrangida pela componente - Áreas declivosas; e na de 2º nível pela - Áreas de máxima infiltração: Tipo II (classe de permeabilidade moderada a alta); como podemos constatar na Fig. 06 - a e b, respetivamente.

A componente de áreas declivosas (EEN 1º nível) aparece identificada na envolvente do Castelo, visto que esta área apresenta declives superiores a 25%. Logo, são áreas que por apresentarem um declive acentuado, constituem zonas mais suscetíveis à erosão do solo. A outra componente - áreas de máxima infiltração: tipo II (EEN 2º nível) - identificada, deve-se a uma avaliação qualitativa da capacidade de infiltração de água no solo, considerando a influência do substrato geológico, dos solos, do declive e do coberto vegetal (CEAP).

Após esta análise, é de extrema importância que o Castelo se continue a incluir na estrutura verde, sendo de evitar, em qualquer intervenção que se venha a verificar, a menor impermeabilização possível, pelos fatores apresentados anteriormente.

Apesar, deste estudo poder contribuir para a elaboração de Estudos e Planos de Ordenamento do Território até uma escala municipal, carecíamos de um estudo mais aprofundado, a uma escala menor e mais pormenorizada. Segundo FERREIRA (2010), numa abordagem metodológica a pequena escala, podemos dividir a Estrutura Ecológica em duas: Estrutura Ecológica Principal ou Municipal (EEM), a uma escala local/municipal (PDM), e Estrutura Ecológica Secundária ou Urbana (EEU) à escala do Plano de Urbanização (PU) ou Plano de Pormenor (PP), sendo esta última a que mais nos interessaria.

Assim, a inexistência de uma carta da Estrutura Ecológica Urbana ou Municipal, não nos permite contextualizar e fundamentar as nossas propostas com base nesta estrutura, e quais os impactos das suas inclusões na mesma.



a) EEN 1º Nível – componentes integrantes:

- Linhas de água
- Sistema húmido e massas de água
- Áreas declivosas
- Solos de elevado e muito elevado valor ecológico
- Vegetação natural e semi-natural com valor de conservação elevado e muito elevado
- Conservação da natureza

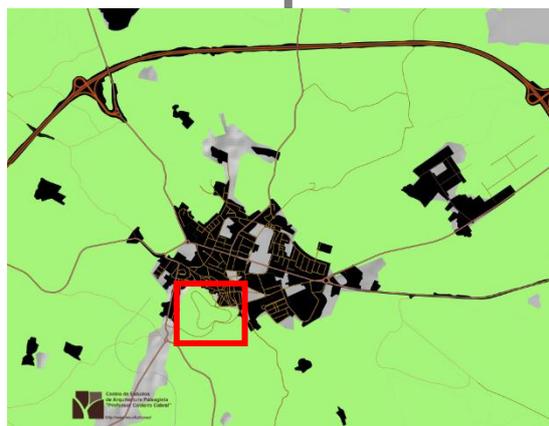


b) EEN 2º Nível – componentes integrantes:

- Áreas de máxima infiltração
- - Tipo I (classe de permeabilidade alta)
- - Tipo II (classe de permeabilidade moderada a alta)
- Vegetação natural e semi-natural com valor de conservação moderado



c) EEN 1º Nível



d) EEN 2º Nível



- e) EEN 1º e 2º Níveis
- EEN 1º e 2º Níveis
 - EEN 1º Nível
 - EEN 2º Nível

Fig. 06 – Esquema da Estrutura Ecológica Nacional – 1º e 2º Níveis

Fonte: CEAP – EPIC WebSIG

A única referência existente é a estrutura verde (espaços verdes de utilização coletiva e de enquadramento e proteção) que se encontra identificada no PU, na Planta de Zonamento (Fig. 07). Supostamente deveria haver um texto justificativo para tal opção de zonamento, mas tal não acontece, a não ser o descrito no Artigo 13º - Capítulo II do Regulamento do Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo, publicado no *Diário da República*, 1ª série-B, nº46, de 7 de março de 2005, que diz o seguinte:

" (...)

4 - Os espaços que compõem a estrutura verde devem ser objeto de estudos paisagísticos específicos e regulamentados no âmbito de plano de pormenor ou projeto de loteamento que venham a ser implementados nas UOPG⁶ onde se inserem.

5 - Neste espaço é interdita a construção. São admitidas as seguintes exceções, sem prejuízo do disposto no regime da REN e do disposto no regime jurídico do domínio hídrico:

a) Equipamentos de apoio ao usufruto dos espaços verdes pela população e de apoio aos espaços verdes de natureza privada justificados no âmbito dos estudos referidos no número anterior e ou no disposto nos artigos relativos às UOPG;

b) Construções que integrem o processo de recuperação, ampliação e alterações de construções existentes à data da entrada em vigor do presente Regulamento com os seguintes condicionamentos:

1) As obras de acordo com a legislação aplicável estão sujeitas a licenciamento e os projetos terão de ser subscritos por técnicos qualificados;

2) Deverá ser garantida uma correta integração paisagística, pelo que não é permitida a utilização de materiais refletores em fachadas e coberturas. No caso de ampliação, o respetivo projeto deverá justificar devidamente a dimensão da mesma tendo em conta a área já construída, não podendo o aumento da Stp ultrapassar os 100m², sem prejuízo do disposto no artigo 17º deste regulamento relativo à zona monumental histórica."

⁶ UOPG - Zonamento das unidades operativas de planeamento e gestão. As UOPG são áreas urbanas parciais com usos diferenciados de acordo com as suas potencialidades físicas e funcionais e condicionantes histórico-culturais, e cobrem a totalidade do território definido pelo perímetro urbano da cidade.



Fig. 07 – Estrutura Verde – Planta de Zonamento do PU

Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Como podemos confirmar na Fig. 07, as zonas que se encontram identificadas nesta “estrutura verde” (realçadas a verde) são: o jardim público; o parque urbano; a envolvente do Castelo; a Quinta da Janelinha; alguns baldios, matos e olivais.

Portanto, além das zonas já identificadas no Plano de Zonamento do PU da cidade de Montemor-o-Novo, constituem também elementos da EEU: espaços vazios ou de usos obsoletos, na qual é possível a definição de novas funções e imagem; linhas de água; hortas; jardins; quintas; cemitérios; logradouros/quintais; e a rua, a alameda, a praça, o largo ou o terreiro desde que incluam vegetação.

A existência de uma Estrutura Ecológica Urbana é extremamente importante visto que constitui um instrumento, tanto para a sustentabilidade ecológica, como para a

reestruturação e coesão do tecido urbano. A EEU para além de assegurar um conjunto de funções ecológicas em meio urbano assegura igualmente funções de recreio e lazer.

A Estrutura Ecológica deve constituir-se como um modelo de ocupação do território. Esta é alicerçada pelo reconhecimento dos sistemas ecológicos fundamentais⁷, criando um sistema ecológico territorial de forma a regular uma implementação sustentável da estrutura edificada, de forma a promover a biodiversidade em ambiente urbano (FERREIRA, 2010). É assim um instrumento de planeamento orientado no sentido da compatibilização da salvaguarda dos recursos e sistemas naturais com o desenvolvimento socio-económico do território, pondo em prática os princípios da sustentabilidade (Fig. 08).

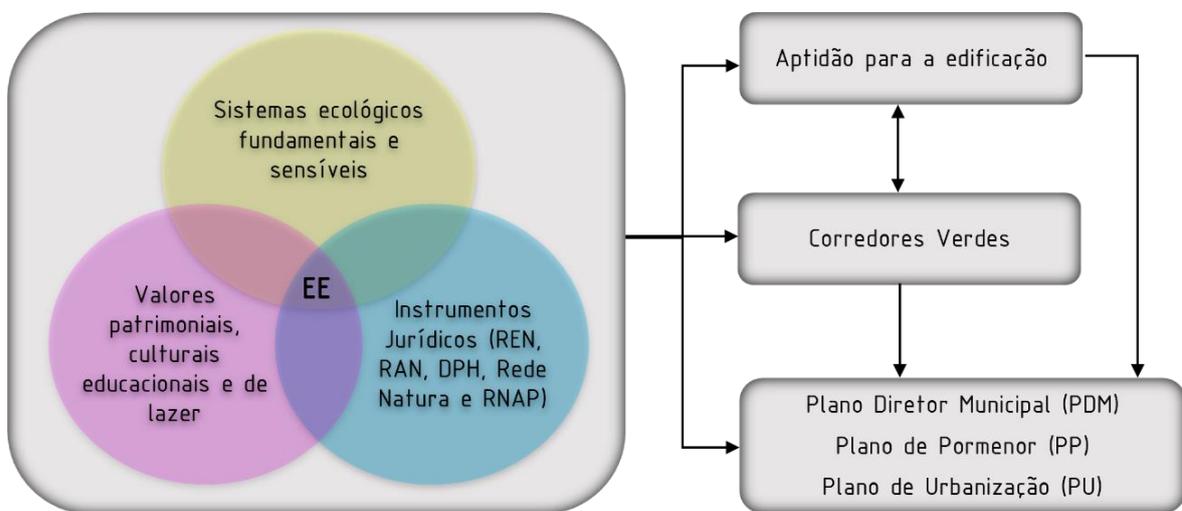


Fig. 08 – Grandes vetores considerados na Estrutura Ecológica e principais produtos.

Fonte: Adaptado de FERREIRA (2010)

⁷ Rede hidrográfica, zona ribeirinha, áreas com risco de erosão, solos de elevado valor ecológico, vegetação espontânea, área de elevada concentração patrimonial.

2.5. PROGRAMA

Para o reordenamento do espaço aberto intra-muralhas do Castelo de Montemor-o-Novo, foi-nos solicitado que fossem desenvolvidas as seguintes componentes:

- Percursos patrimoniais (património edificado e arqueológico);
- Acessibilidades a mobilidade condicionada;
- Acesso a ruínas e escavações arqueológicas;
- Colocação e desenho de guarda-corpos no adarve das muralhas;
- Colocação e desenho de mobiliário urbano;
- Plantação e remoção de material vegetal;
- Propostas para os terreiros de S. Tiago e do Convento da Saudação.

O reordenamento do espaço aberto intra-muralhas do Castelo desenvolveu-se em articulação estreita com estudos já realizados, ou em realização, nos serviços municipais, nomeadamente:

- Plano de circulação e trânsito da cidade, inserido no programa *Montemor, pedra a pedra*;
- Plano de melhoria das acessibilidades na cidade de Montemor-o-Novo.

Algumas das propostas, tais como o acesso a ruínas e escavações arqueológicas e os percursos patrimoniais, não integravam inicialmente o programa. No entanto, durante a primeira semana de estágio fizemos referência a trabalhos desenvolvidos durante a formação académica, principalmente os que tinham sido realizados na disciplina de Projetos de Arquitetura Paisagista I, lecionada no 1º semestre de Mestrado em Arquitetura Paisagista, uma vez que incidia na mesma área de intervenção. Estes trabalhos despertaram o interesse por parte dos técnicos da Câmara Municipal, que mostraram vontade em adotar o conceito da proposta, integrando-o no programa da Câmara⁸.

Uma das componentes a ser desenvolvida durante o estágio era a proposta de identificação, para posterior remoção, de material vegetal exótico no espaço intra e extra-muralhas. Durante o estágio verificámos, numa das visitas que efetuámos ao local, que os serviços de manutenção dos espaços verdes da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo estavam a realizar essa tarefa, logo, esta ficou sem efeito.

⁸ Uma vez que o trabalho foi desenvolvido em grupo, esse foi conversado no sentido de poder ser utilizado, ao que os colegas responderam afirmativamente, de bom grado.

Também uma das condicionantes que era necessário considerar, neste programa, dizia respeito ao projeto já elaborado (2009) pelo Arq.º José Filipe Ramalho (Fig. 09), em colaboração com a Direção Regional da Cultura do Alentejo e a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, inserido no programa *Montemor, pedra a pedra*. Deveria ser preservado o projeto proposto para os terreiros de S. Tiago e do Convento da Saudação, articulando-o com as novas propostas. Este projeto consistia na requalificação do Convento da Saudação e na construção de um novo edifício adjacente no terreiro de S. Tiago.

Dada a conjuntura económica que o País atravessa eliminou-se a hipótese de construção do novo edifício mantendo-se, no entanto, a ideia geral proposta para estes espaços.



Fig. 09 – Projeto CNAT – Centro Nacional de Artes Transdisciplinares
Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

2.6. PLANO GERAL DA REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ABERTO DO CASTELO DE MONTEMOR-O-NOVO

O plano geral⁹ representado na Fig. 10 corresponde à totalidade de toda a área sujeita a intervenção. Devido à escala da sua representação não permitir a apreensão satisfatória das propostas, decidimos apresentar a proposta por áreas funcionais a uma escala com maior legibilidade.



Zoom 1 – 2.6.1. Terreiro do Convento da Nossa Senhora da Saudação

Zoom 2 – 2.6.2. Terreiro da Igreja de S. Tiago

Zoom 3 – 2.6.3. Ruína dos Paços do Concelho ou Cadeia

Zoom 4 – 2.6.4. Paço dos Alcaides

Zoom 5 – 2.6.5. Igreja de Santa Maria do Bispo

Zoom 6 – 2.6.6. Matadouro Mourisco

Zoom 7 – 2.6.7. Passadiço das Escavações Arqueológicas

Zoom 8 – 2.6.8. Estacionamento

Fig. 10 – Plano Geral da Requalificação do Espaço Aberto do Castelo de Montemor-o-Novo
Em Anexo, Volume II – Anexo 01

⁹ Apresentado em Anexo, Volume II, o Plano Geral e o Plano de Nivelamento referente a esta proposta, Anexos 01 e 02, respetivamente.

2.6.1. TERREIRO DO CONVENTO DA NOSSA SENHORA DA SAUDAÇÃO

Neste espaço pretende-se manter o carácter e função atual – um espaço amplo e multifuncional. Aqui verifica-se a realização de eventos e prevê-se a hipótese da concretização de exposições temporárias. Para esse efeito o pavimento será preparado com pontos de fixação que permitam facilmente a montagem/desmontagem de painéis. Esta proposta, datada de 2009, é da autoria do Arq.º José Filipe Ramalho, assim como os pavimentos – todos eles em granito, ainda que com diversas estereometrias e acabamentos, a qual adotámos e com a qual articulámos a nossa proposta de pavimentos.

A nossa proposta (Fig. 11) assume então a utilização do granito em 3 estereometrias diferentes:

- Calçada de cubo regular de granito 0,08x0,08x0,08m, no percurso paralelo à muralha que conduz desde a porta principal – Porta da Vila – ao terreiro de S. Tiago (1);
- Laje de granito retangular de 1,00x0,50m, no percurso contíguo ao Convento até à porta da Igreja de S. Tiago (2);
- E, entre estes dois percursos na “área de exposições”, a laje de granito quadrada de 0,50x0,50m (3).

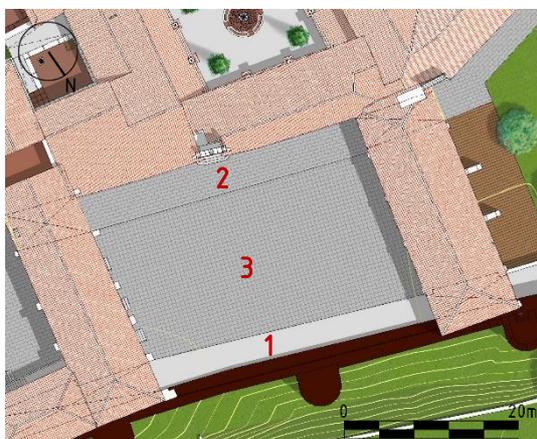


Fig. 11 –Zoom 1 – Plano Geral



Fig. 12 – Vista geral sobre o Terreiro do Convento da Saudação

Estas opções prendem-se com o facto de se querer garantir um maior conforto aos visitantes do espaço. A opção pela calçada de granito (1) deve-se ao facto de em todos os percursos ser este o material eleito¹⁰, não sendo lógico interrompê-lo na área junto das muralhas com o pavimento em laje de granito pois, provavelmente, tornar-se-ia confuso para as pessoas.

¹⁰ Ver páginas nº 41 e 42 do ponto 2.6.9. Percursos Patrimoniais.

Visto o terreiro do Convento da Saudação ser a área de receção do Castelo, e pela sua nobreza, optou-se pelo revestimento em laje de granito. Esta apresenta-se em duas estereometrias, como já foi referido (Fig. 13): a laje retangular (2) no percurso contíguo ao Convento até à porta da Igreja de S. Tiago, de modo a dar enfâse e direção há antiga rua *do Mosteiro à Igreja de S. Tiago*¹¹; e a laje quadrada (3) entre estes dois percursos, porque queremos uma zona “neutra”, que periodicamente se tornará numa área de exposições.

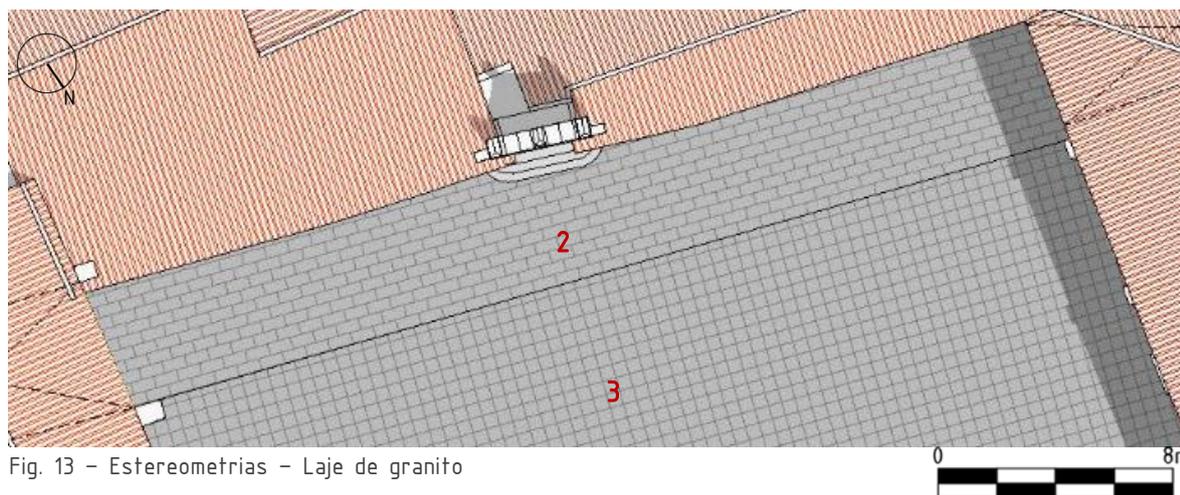


Fig. 13 - Estereometrias - Laje de granito

Verificou-se também a necessidade de criar um guarda-corpos na muralha para proteção dos utentes que venham a usufruir deste espaço. Pretendemos que este possua uma linguagem simples e limpa, pouco protagonista, de modo a não concorrer com as estruturas existentes, como podemos verificar no ponto 2.6.11. Guarda Corpos - Muralhas¹² deste trabalho.

Este espaço possui uma visualização razoável sobre a cidade de Montemor-o-Novo, em parte dificultada pelas copas das árvores existentes. É um espaço, de certa forma, contido porque se encontra ladeado pelo edifício, mas muito exposto, devido ao facto de ser uma área vazia e com uma área considerável, aproximadamente 805m².

¹¹ Rua *do Mosteiro à Igreja de S. Tiago* - referida num documento de 1637. Esta foi uma das ruas localizadas em 1992, quando se realizaram sondagens arqueológicas (CMMN, 2004).

¹² Ver página nº 45 do trabalho.

2.6.2. TERREIRO DA IGREJA DE S. TIAGO



Fig. 14 - Zoom 2 - Plano Geral



Fig. 15 - Ravinamentos causados pela erosão hídrica - Entrada Terreiro de S. Tiago



Fig. 16 - Entrada no Terreiro de S. Tiago

Neste espaço, como acontece à semelhança do terreiro do Convento da Saudação, há a proposta inicial do Arq.º José Filipe Ramalho, a considerar.

Inicialmente, um dos problemas com os quais nos deparámos foi a falta de cotação altimétrica das soluções apresentadas. A intenção de escavar o terreno para a criação de um anfiteatro e a abertura de dois vãos no edifício para a construção de galerias (Fig. 20), sem qualquer referência a cotas de soleira, levou a que tivéssemos que proceder ao levantamento do terreno, juntamente com a topógrafa.

Outro dos problemas a resolver, era a inclinação do trainel de acesso do terreiro do Convento da Saudação para o terreiro de S. Tiago, tornando-o acessível a pessoas com mobilidade condicionada (Fig. 15). Isto porque, atualmente, a inclinação é muito superior ao definido no *Decreto-lei 163/2006* de 8 de Agosto, pelo que deveríamos tentar cumprir o mesmo. No entanto, verificámos que tal não seria possível, por um lado devido às cotas de soleira existentes, por outro lado a movimentação de terras seria significativa, o que poderia ter consequências negativas em vestígios arqueológicos que pudessem existir, facto este comprovado pelas sondagens realizadas, que apontam vestígios a 1m de profundidade. A diminuição da inclinação deste trainel foi, assim, adaptada (16% ao longo de 10m) para uma inclinação constante de 8%.

Apesar de não cumprir o definido no decreto de lei, minimiza a dificuldade para pessoas com mobilidade condicionada. Também a substituição

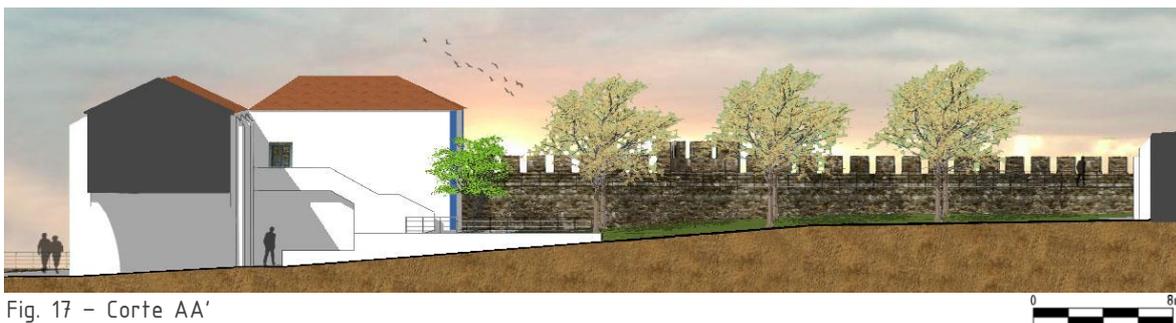


Fig. 17 – Corte AA'

Em Anexo, Volume II – Anexo 03

da gravilha do piso existente por lajes de granito (retangulares de 1m x 0.5m) melhora substancialmente a sua acessibilidade (Fig.'s 16, 17 e 18).

A criação deste novo trainel fez com que houvesse a necessidade de criar dois muros de suporte, lateralmente, e guarda-corpos nos seus topos. Estes seguem a linguagem dos guarda-corpos das muralhas e passadiços (zona arqueológica/matadouro mourisco).

Este percurso acaba por fazer a separação desta área em dois espaços:

- Um a Norte. Para este espaço propôs-se um anfiteatro e uma zona de merendas (Fig.'s 19, 20 e 21), segundo as indicações da proposta do Arq.^o, José Filipe Ramalho. Na zona de merendas o mobiliário urbano que a compõe foi idealizado por nós, sobre a qual falamos e pormenorizamos no ponto 2.6.10. Mobiliário Urbano¹³. Relativamente à vegetação propuseram-se 6 exemplares de *Melia azedarach* e 3 da espécie *Citrus sinensis* – segundo consta, terá existido um pomar de laranjeiras dentro da “cerca nascente” do Convento da Saudação. Os 6 exemplares de *Melia azedarach* foram propostos por serem espécies caducifólias, o que proporciona conforto climático durante todo o ano, oferecendo sombra no verão



Fig. 18 – Arruamento de ligação entre a igreja de S. Tiago e o Convento da Saudação



Fig. 19 – Vista geral sobre o anfiteatro e o Terreiro de S. Tiago

¹³ Ver página nº 43 do trabalho.



Fig. 20 – Vista sobre as “galerias”



Fig. 21 – Vista do adarve da muralha para o Terreiro de S. Tiago



Fig. 22 – Acesso do Terreiro à Torre da Má-Hora

e permitindo que os raios solares incidam no espaço, no inverno. Outra das razões desta escolha é o facto de ser uma árvore com um crescimento razoavelmente rápido e com poucas exigências ao nível da qualidade de solo. O seu copado também é generoso e denso oferecendo uma boa sombra. Também é esteticamente muito interessante devido à variação de cromatismos que apresenta ao longo do ano; por exemplo quando está sem folhas os protagonistas são os seus frutos amarelados, e na primavera as suas flores, que apresentam um cromatismo lilás/azulado;

- O outro a Sul – zona onde assentava a proposta inicial do Arq.º José Filipe Ramalho, como já tinha sido referido anteriormente, do novo edifício que albergaria o centro de artes transdisciplinares – para a qual se propôs, a criação de um muro de suporte com respetivo guarda-corpos, de modo a uniformizar o nível do terreno (Fig. 22) e a permitir a criação de uma área em que as pessoas pudessem usufruir da boa abrangência visual que se detém sobre a paisagem a Sul. Para este espaço propôs-se a plantação de 4 exemplares de *Prunus cerasifera*, com o intuito de marcar o local pela tonalidade da sua folhagem. Junto ao percurso, propôs-se a implantação de 6 exemplares de *Cupressus sempervirens* cv. “Stricta”, direcionando quem o percorre, no sentido Oeste / Este, ou seja, do terreiro do Convento da Saudação para o terreiro de S. Tiago, para a fachada da Igreja de S. Tiago – uma reminiscência ao passado invocando o espírito do lugar. Segundo vestígios arqueológicos a área contígua à igreja foi utilizada como cemitério.

2.6.3. RUÍNA DOS PAÇOS DO CONCELHO OU CADEIA

“Até há bem pouco tempo era identificada como a ruína da Igreja de Santa Maria da Vila. Atualmente, e devido a escavações arqueológicas, sabe-se que não corresponde a um edifício religioso mas a um edifício civil. A orientação desta estrutura não corresponde aos cânones tradicionais das igrejas que são Este/Oeste. Neste edifício a orientação é Norte/Sul. Coloca-se a possibilidade destes vestígios, devido à sua localização acontecer na zona central, poderem pertencer à cadeia ou ao edifício dos Paços do Concelho. (...) Iguamente através de documentos históricos, sabe-se que a cadeia e os Paços do Concelho se localizavam junto à Igreja de Santa Maria da Vila e, logo, junto também à Praça principal do Burgo” (CMMN, 2004, p. 27).

Assim, lembrando o espaço de encontro, de troca, de relação com os outros, propõe-se uma praça neste local, visto ser um ponto de convergência de várias ruas (Fig.23). Na sua composição, a Sul, propomos a implantação de 3 exemplares de *Prunus cerasifera*, de modo a destacar a praça, e com a função de criar sombra a um pequeno espaço de estadia, que incluirá mobiliário para o efeito e será revestido a calçada regular de cubo de granito (0,08x0,08x0,08m), tal como os restantes espaços de permanência propostos. A partir desta praça conseguimos contemplar a paisagem para Oeste, devido à grande abrangência visual que detém.



Fig. 23 - Zoom 3 - Plano Geral



Fig. 24 - Ruína dos Paços do Concelho ou Cadeia



Fig. 25 - Vista sobre a Praça e a Ruína dos Paços do Concelho ou Cadeia

2.6.4. PAÇO DOS ALCAIDES



Fig. 26 – Zoom 4 – Plano Geral

Local nobre dentro da estrutura interna da antiga vila medieval oferece, pelo seu conjunto de elementos arquitetónicos – as torres circulares, a fachada poente do edifício, a muralha e a igreja de São João Baptista – uma ambiência que remete para outros tempos.

Visto o Paço dos Alcaides ser um dos elementos, que se encontra numa cota mais elevada, do conjunto que forma o Castelo, a sua fisiografia permite uma ampla visualização da paisagem envolvente. Assim, para este espaço, foi proposta uma estrutura (escadas e guarda-corpos) que possibilitasse as pessoas aceder de

uma forma mais segura ao adarve¹⁴ da muralha, permitindo o usufruto da abrangência visual existente a partir deste espaço para a paisagem, de Sudoeste a Noroeste. Toda a área será revestida a calçada regular de cubo de granito, incluindo a área envolvente à Igreja São João Baptista.

Propusemos ainda a criação de um miradouro entre as duas torres (Fig. 27). Neste caso houve a necessidade de efetuar um aterro, uma vez que junto às torres existia um talude que não permitia a aproximação das pessoas, prejudicando a vista sobre a paisagem. Com a criação deste aterro é possível uma vista privilegiada sobre parte da serra de Monfurado e toda a zona que se estende de Sul a Este deste local.



Fig. 27 – Paço dos Alcaides - miradouro

¹⁴ Caminho estreito no topo das muralhas, com a função de ronda dos sentinelas e de distribuição dos defensores. Pode também ser chamado caminho de ronda. O acesso ao adarve fazia-se normalmente por uma escada rasgada na própria muralha ou pelas torres (CMMN, 2004).

2.6.5. IGREJA DE SANTA MARIA DO BISPO

Esta proposta (Fig. 28) não foi realizada durante o estágio. Foi apresentada em PAP I no 1º semestre de Mestrado em Arquitetura Paisagista, como já foi referido anteriormente, e enquadra-se perfeitamente na proposta de requalificação do Castelo de Montemor-o-Novo, e surge com o objetivo de futuramente poder ser utilizada. No entanto, é aqui apresentada porque consideramos que valoriza este monumento, atualmente bastante degradado, assim como todo o conjunto monumental do Castelo.

O nosso objetivo para este espaço foi a recuperação da memória da estrutura do edifício, através do pavimento em calçada de calcário negro, representando os limites da nave central e o corredor de ligação entre o portal manuelino e o altar. Os pilares de sustentação da igreja são representados pelos troncos das árvores, e a estrutura dos ramos remete para os arcos outrora existentes na igreja¹⁵ (Fig. 29 e 30).



Fig. 28 - Zoom 5 - Plano Geral



Fig. 29 - Igreja St. Maria do Bispo

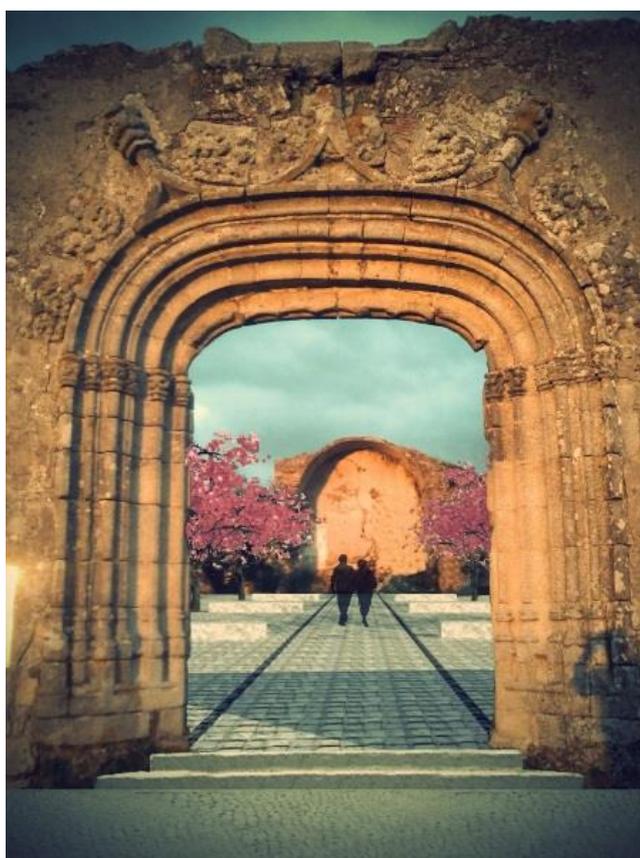


Fig. 30 - Igreja St. Maria do Bispo - Portal Manuelino

¹⁵ Um pouco à semelhança da igreja da Sagrada Família em Barcelona, em que Antoni Gaudí no seu estilo particularmente naturalista, projetou os pilares de sustentação no interior em colunas arborescentes. Esta analogia deve-se ao facto de, num ter sido utilizado material inerte a representar material vivo/vegetal (igreja da Sagrada Família), e na nossa proposta a utilização de material vivo/vegetal a fim de representar uma construção em material inerte.

2.6.6. MATADOURO MOURISCO

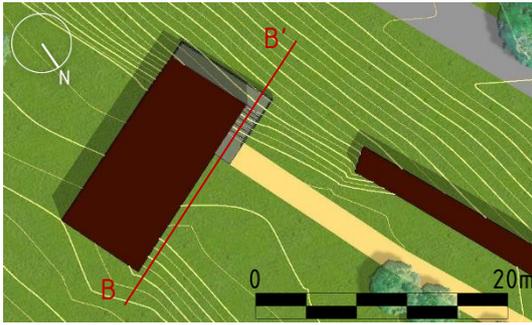


Fig. 31 - Zoom 6 - Plano Geral



Fig. 32 - Estrutura de acesso ao Matadouro Mourisco

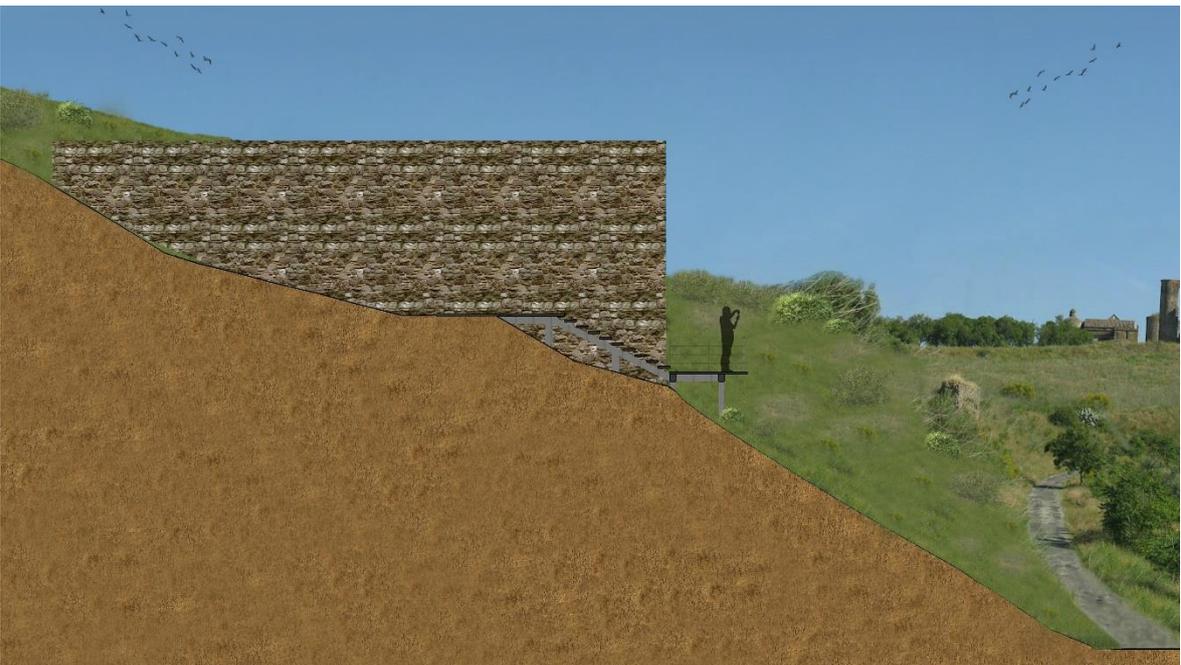


Fig. 33 - Corte BB'
Em Anexo, Volume II - Anexo 04

O facto de este elemento estar atualmente inacessível e fazer parte deste conjunto - monumento nacional que é o Castelo - não se justifica, uma vez que constitui um elemento histórico e culturalmente importante. Nesse sentido propõe-se um percurso de ligação em saibro desde a torre do Anjo, até ao Matadouro, sendo o acesso a este feito através de uma estrutura metálica sobre-elevada (Fig.'s 32 e 33), dando-o a conhecer aos visitantes, e permitindo o usufruto da vasta amplitude visual que aqui se desfruta para Oeste.

Esta estrutura possui uma imagem muito simples, e é composta por grelhas e perfis metálicos. O guarda-corpos segue a mesma linguagem que os restantes projetados.

2.6.7. PASSADIÇO DAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Pretende-se com a proposta de um passadiço sobre-elevado (Fig. 34) junto das escavações arqueológicas, a possibilidade de visitar, e visualizar a uma cota superior, toda a área das escavações, sem que haja deterioração das mesmas.

O acesso ao passadiço é feito através de uma rua em calçada, que foi descoberta durante as escavações arqueológicas neste local (Fig. 35).

O passadiço consiste numa estrutura metálica sobre-elevada na mesma linguagem que a estrutura de acesso ao Matadouro Mourisco. A sua estrutura de suporte é feita por perfis metálicos e o piso é formado por grelhas metálicas, que torna a estrutura semi-transparente, e lhe concede leveza.

O passadiço é constituído por patamares desnivelados a 0,50m acima do solo, de modo a minimizar o impacto visual que poderia causar (Ver Planimetria remetida em Anexo, Volume II – Anexo 05).



Fig. 34 – Zoom 7 – Plano Geral



Fig. 35 – Arruamento de acesso ao passadiço sobre-elevado



Fig. 36 – Passadiço sobre-elevado

2.6.8. ESTACIONAMENTO



Fig. 37 - Zoom 8 - Plano Geral



Fig. 38 - Rua Condessa de Valenças

O programa previa, também, uma área para estacionamento de veículos pesados de passageiros, nomeadamente autocarros e *minibus*. Isto porque no parque de estacionamento proposto pela Câmara (presentemente em fase de execução, inserido no programa *Montemor, pedra a pedra* - projeto de requalificação da Rua Condessa de Valenças - Fig.'s 38 e 39), sinalizado na Fig. 37 com o número 1, não foi equacionada a possibilidade de existência de lugares de estacionamento para estes veículos.



Fig. 39 - Parque de estacionamento (1)

Este parque de estacionamento (1) contém 21 lugares para veículos ligeiros, e é revestido a paralelo de granito (0,20x0,20x0,10m), sendo as marcações dos lugares feita com calçada de vidro branco (0,11x0,11x0,11m). Possui ainda na sua composição uma zona de miradouro com uma pérgula em metal, pela excelente vista que tem sobre a cidade, a Nordeste.



Fig. 40 - Corte CC'

Em Anexo, Volume II - Anexo 03

Na criação do estacionamento de veículos pesados de passageiros verificou-se alguma dificuldade em identificar o local mais adequado para o efeito, devido à área necessária à realização das manobras de inversão de marcha, já que o único acesso destes veículos ao Castelo é através da Rua Condessa de Valenças (Fig.'s 38 e 41), recentemente requalificada permitindo, presentemente, também o acesso a autocarros.



Fig. 41 – Acesso ao Castelo para veículos pesados de passageiros

Fonte: Bing Maps [28 Ago. 2013]

O mais adequado seria utilizar o espaço contíguo (2 – Fig. 37) ao estacionamento existente. Contudo, este não possui área suficiente para a realização da manobra. Assim sendo utilizou-se este espaço para a ampliação do parque de estacionamento de veículos ligeiros. Isto porque se pretende a eliminação de qualquer estacionamento automóvel no terreiro do Convento da Saudação. Portanto, o local que se encontrou mais adequado foi o espaço a Noroeste (3 – Fig. 37) do estacionamento anterior, que permitia o estacionamento a 3 veículos pesados de passageiros. Deste modo todo o parque automóvel fica numa única área. A área de estacionamento proposta por nós (2 e 3 – Fig. 37) está, de certa forma, dissimulada pela vegetação existente, minimizando o impacte visual que o parque automóvel provoca, principalmente os veículos pesados de passageiros devido à sua envergadura. Além da vegetação, outro dos aspetos positivos é encontrar-se numa cota inferior ao do estacionamento proposto pela câmara, cerca de 5m (Fig. 40). Assim, quem observa o Castelo (a Sul) a partir do sector Norte da cidade, consegue visualizar toda a fachada Norte do Castelo, sem dar conta da existência destes dois parques de estacionamento. A nível do pavimento, esta rege-se pela proposta realizada pela Câmara Municipal (1). Relativamente à vegetação é proposta a plantação de 7 exemplares da espécie *Acer campestre*, com o intuito de fornecer alguma sombra aos veículos, e pela semelhança dos plátanos existentes em torno do Castelo, mas com um porte mais pequeno de modo a evitar a obstrução visual deste, de outros pontos da cidade.

2.6.9. PERCURSOS PATRIMONIAIS

Os percursos patrimoniais consistem numa série de trajetos para os visitantes do Castelo de Montemor-o-Novo, permitindo o acesso às variadas zonas de interesse no espaço intramuralhas.

Estes percursos distinguem-se pela distância que cada um percorre e pelos sítios que possibilitam visitar, como está descrito em seguida. Assim, havia a necessidade de criar brochuras e instalar sinalética (tema abordado no ponto 2.6.12.¹⁶) nos percursos, de modo a informar os visitantes.

Propõem-se 3 percursos (Fig. 42), em que a distância é crescente, identificados pelas cores, verde, laranja e vermelho, com os seguintes trajetos¹⁷:

- **Cinzento** – não o consideramos como um percurso, trata-se do trajeto inicial, com cerca de 150m, que começa na Porta da Vila / Torre do Relógio / Casa da Guarda passando pelo Convento da N^ª S^ª da Saudação e terminando na Igreja de S. Tiago, sendo a partir desta igreja que se iniciam os percursos. Isto deve-se ao facto de o centro interpretativo do Castelo se encontrar neste local, onde também são prestadas informações;
- **Verde** – inicia-se na Igreja de S. Tiago levando a visitar a Porta de S. Tiago e a Torre da Má-Hora. E segue pela Rua do Poço em direção à antiga Praça onde existem a ruína dos Paços do Concelho ou Cadeia, caracterizada por ter uma ambiência mais contida, mais intimista. Seguindo depois pela Rua do Castelo até à Igreja S. João Baptista e ao Paço dos Alcaides, local em que permite a contemplação da paisagem envolvente, devido à boa abrangência visual. Em seguida dirige-nos à Rua da Vila/ Rua da Cadeia passando pelas escavações arqueológicas da antiga vila e terminando na Porta da Vila, perfazendo um total aproximado de 800m. Este é um percurso mais interno em relação aos outros, percorrendo zonas com maior abundância de vegetação, cingido quase na sua totalidade por miósporos;
- **Laranja** – este percurso tem, inicialmente o mesmo trajeto que o anterior, divergindo a partir da antiga Praça (ruína dos Paços do Concelho ou Cadeia) rumo à Igreja de Santa Maria do Bispo, Torre e Porta do Anjo pela Rua do Bispo – trajeto/rua com a maior abrangência visual e que melhor possibilita, a quem o percorre, de contemplar a paisagem envolvente a Oeste. Segue depois pela Rua do Sino de Correr até às

¹⁶ Ver página nº 46 do trabalho.

¹⁷ Para uma melhor referência espacial dos percursos consultar a Fig. 43.

escavações arqueológicas da antiga vila – percurso contido devido à presença da muralha – terminando na Porta da Vila com uma distância total de 1.400m;

- **Vermelho** – este é o que possui a maior distância, com cerca de 1.700m. Inicia-se como todos os outros na Igreja de S. Tiago rumo à Porta de S. Tiago e Torre da Má-Hora, seguindo depois para o sítio da antiga Porta de Évora (que já não existe). Daqui segue na direção da antiga Praça e Cadeia, continuando pela Rua do Castelo até à Igreja de S. João Baptista e Paço dos Alcaides passando, posteriormente, pela Rua do Bispo rumo à igreja de Santa Maria do Bispo, Torre e Porta do Anjo. Segue para o Matadouro Mourisco e finaliza nas escavações arqueológicas da antiga vila (pela via Rua do Sino de Correr), terminando, como todos na Porta da Vila. Este percurso é o que possui uma ambiência mais exposta em relação aos outros, pois durante o seu trajeto a presença de vegetação é mais reduzida, o que permite melhores abrangências visuais. Além de ser o mais longo é também o que possibilita a visita a todos os elementos constituintes do recinto do Castelo, permitindo ao mesmo tempo o usufruto das boas abrangências visuais que este detém, à medida que é percorrido, e em locais pontuais, tais como: Igreja de São João Baptista, Paço dos Alcaides, Igreja de Santa Maria do Bispo, Matadouro Mourisco e algumas zonas no adarve das muralhas.

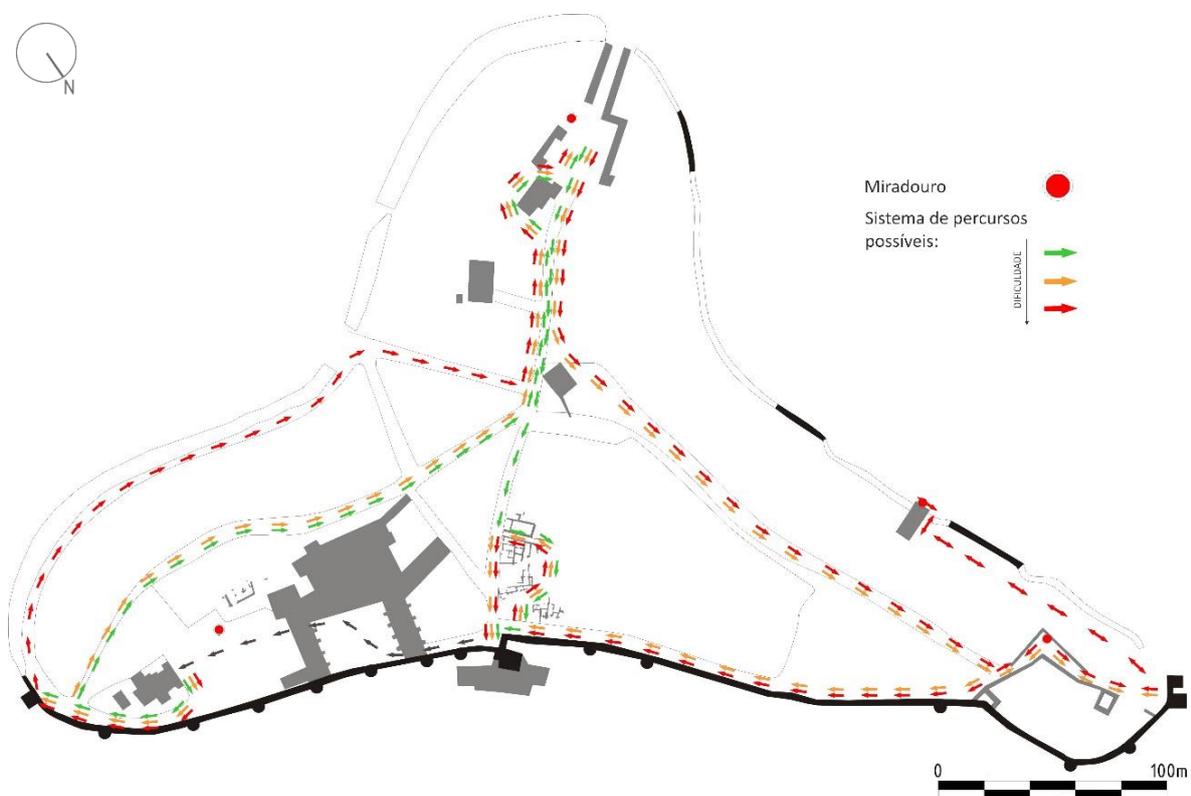
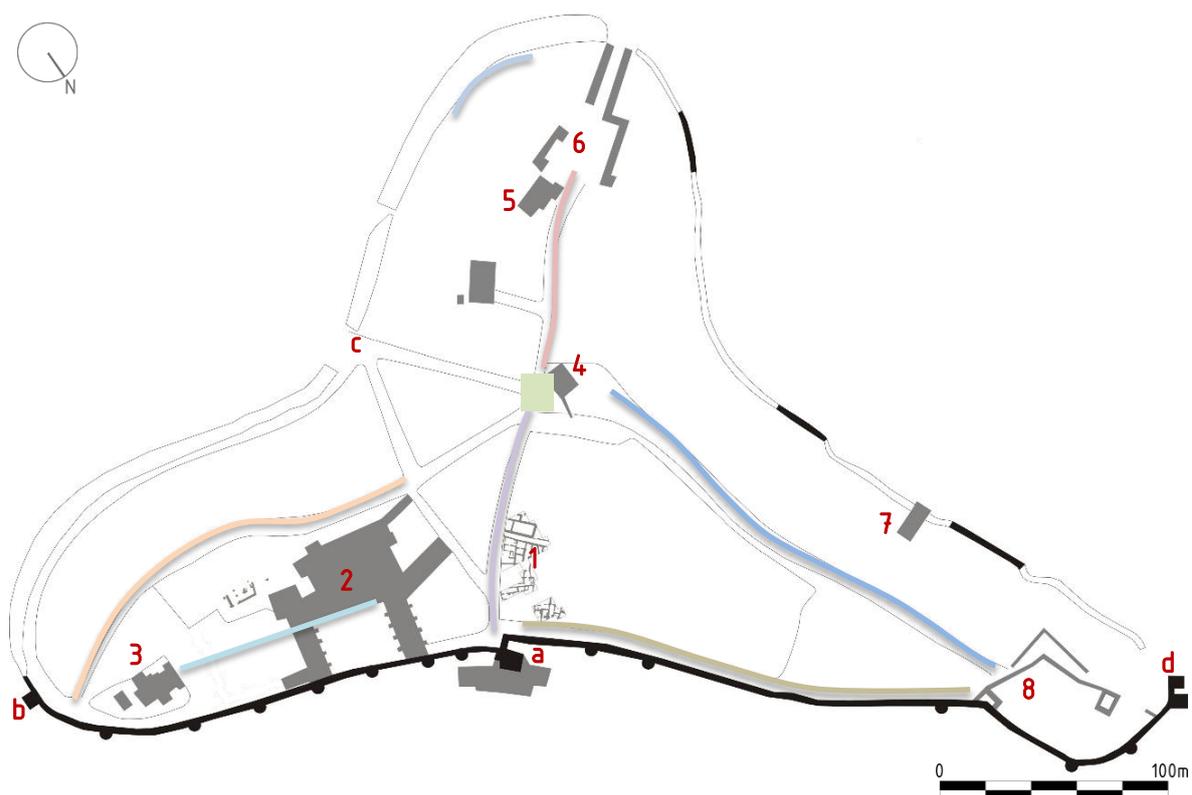


Fig. 42 – Esquema dos percursos patrimoniais



- | | |
|---|-------------------------------------|
| a - Porta da Vila Torre do Relógio | 7 - Matadouro Mourisco |
| b - Porta de S. Tiago Torre da Má-Hora | 8 - Igreja de Santa Maria do Bispo |
| c - Porta de Évora | Rua do Poço |
| d - Porta do Anjo Torre do Anjo | Rua do Mosteiro à porta de S. Tiago |
| 1 - Escavações arqueológicas (antiga vila) | Rua da Vila Rua da Cadeia |
| 2 - Convento da N ^{ra} S ^{ra} da Saudação | Praça |
| 3 - Igreja de S. Tiago | Rua do Castelo |
| 4 - Ruína dos Paços do Concelho ou Cadeia | Rua de S. João |
| 5 - Igreja de S. João Baptista | Rua do Bispo |
| 6 - Paço dos Alcaides | Rua do Sino de Correr |

Fig. 43 - Planta de informação - Elementos construídos, Portas e Ruas

Numa fase inicial, devido à diversidade de percursos existentes, propôs-se, simplesmente, a melhoria dos percursos principais em calçada de cubo de granito (Fig. 44) e o revestimento dos restantes em saibro (Fig. 45). No entanto, nalgumas situações verificou-se a ocorrência de uma erosão expressiva causada pela chuva, muito devido às inclinações consideráveis que apresentam. Assim, optou-se por revestir também os restantes percursos em calçada de granito. Este material tem a vantagem da sua durabilidade e de necessitar menos manutenção, em comparação com o saibro, e até mesmo com o saibro estabilizado. Logo, a longo prazo considera-se que esta será a melhor alternativa. Para além disso, tem a vantagem de unificar todo o espaço, dando coerência à proposta.

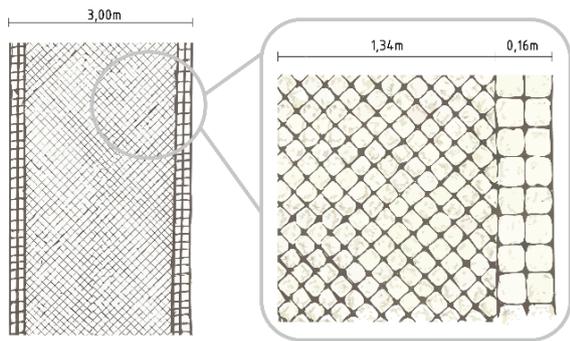


Fig. 44 - Esquema de arruamento em calçada

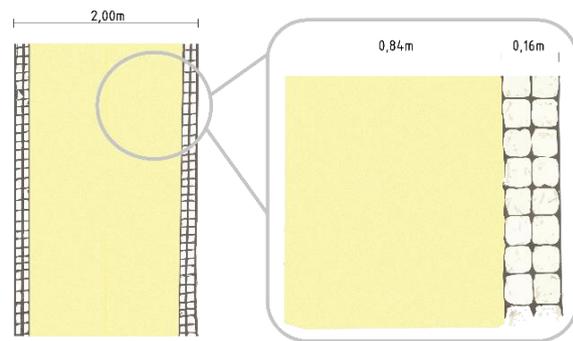


Fig. 45 - Esquema de arruamento em saibro

A utilização deste material também se justifica pela memória, uma vez que, em tempos, os arruamentos no Castelo terão sido em calçada irregular de granito. O facto de existirem ainda vestígios desta calçada original, pode possibilitar a articulação das duas. Esta hipótese seria avaliada em conjunto com a Oficina de Arqueologia do Programa do Castelo, que informaria quais as zonas de calçada antiga existente em boas condições e passíveis de ficar expostas.

A melhoria destes percursos não passa só pela mudança do tipo de revestimento, mas também e essencialmente pela retificação da pendente e do traçado dos mesmos¹⁸. A retificação da pendente passaria por manter uma única pendente, ao contrário do que acontece atualmente. Relativamente ao traçado, seriam retificados para um perfil homogéneo e um traçado contínuo e com curvas suaves.



Fig. 46 - Exemplos de arruamentos em calçada regular de cubo de granito

¹⁸ Ver plano de nivelamento em anexo, pág. XXVII.

2.6.10. MOBILIÁRIO URBANO

Foi-nos solicitado que realizássemos algumas propostas de mobiliário urbano, seguindo a proposta idealizada pelo Arq.º José Filipe Ramalho, de peças únicas de *design* próprio e “personalizado” para o efeito: peças modulares que integrem eventualmente banco, papeleira, cinzeiro e candeeiro de iluminação pública (Fig.'s 47, 48 e 50). A mesa, a papeleira e as bases dos bancos e das luminárias serão em granito. O topo dos bancos será em madeira.

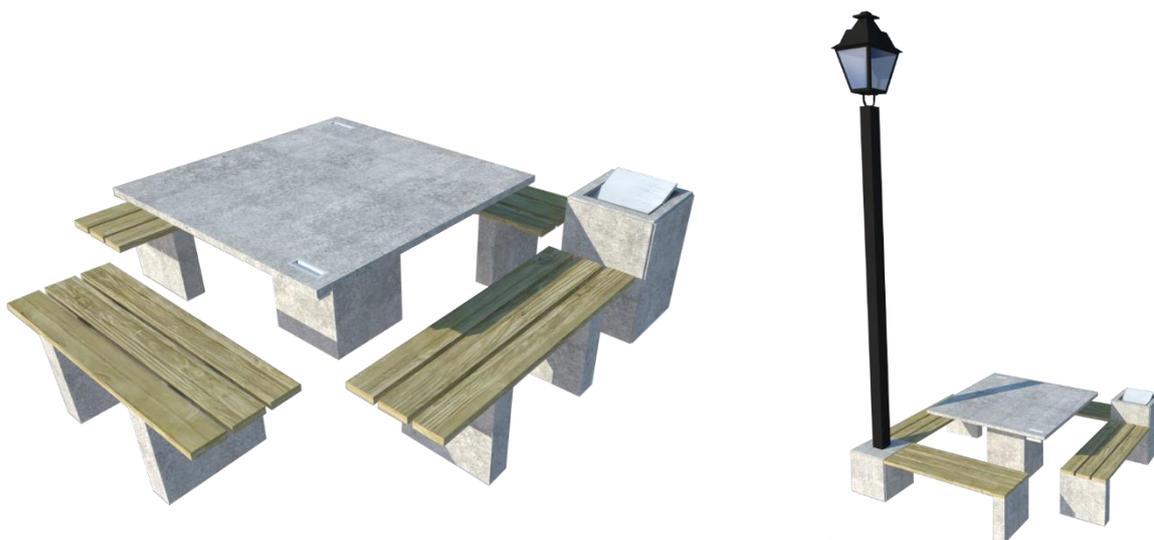


Fig. 47 - Exemplos de peças modulares - mesa / bancos / papeleira / luminária



Fig. 48 - Pormenores - cinzeiro / papeleira



Fig. 49 - Banco em bloco de granito



Fig. 50 - Banco / papeleira / luminária

A escolha deste tipo de luminária prende-se pelo facto de este modelo ter sido utilizado nas recentes requalificações das ruas, Condessa de Valenças, que inclui o estacionamento fronte ao Castelo, e Quebra-Costas (Fig.'s 51 e 52), que dão acesso ao Castelo, unificando, desta forma, os espaços com uma só linguagem. No entanto, é possível de alterar para outro tipo.

Relativamente ao banco em bloco de granito (Fig. 49), este aparece associado aos percursos e áreas de estadia. Optou-se por uma solução simples, e com uma boa durabilidade face aos agentes atmosféricos e à vandalização, comparando com outro tipo de bancos que, na sua constituição, tenham materiais como a madeira ou compósitos.

Ainda dentro deste tema foi sugerido pelo Arq.º José Filipe Ramalho que na zona de parque infantil (Fig. 53), situado junto à entrada principal no olival entre-muros ("cerca poente" do Convento da Saudação), o equipamento fosse constituído por peças escultóricas que "substituísem" o equipamento de recreio infantil tradicional, sem risco de perda de interação e fruição por parte das crianças. A intenção da criação destas peças passaria por um concurso de ideias, aberto ao público, e sujeito a um júri. Dentro deste espaço, entre a zona de parque infantil e o edifício, propôs-se um *deck* em madeira, onde funcionaria a esplanada de apoio à cafetaria proposta na requalificação do edifício do Convento da Nossa Senhora da Saudação (Fig. 54).



Fig. 51 – Rua Condessa de Valenças



Fig. 52 – Rua do Quebra-Costas



Fig. 53 – Zona do Parque Infantil



Fig. 54 – Deck e arruamento de serviço da cafetaria

2.6.11. GUARDA CORPOS – MURALHAS

O programa visava a colocação e/ou desenho de uma solução de guarda-corpos para as muralhas. Assim, optámos por projetar uma solução de guarda-corpos, mas, como este tem de ser fixo nas muralhas, implicava que se consultasse o IGESPAR, então, apenas se propôs o ponto de fixação e não o modo como será feito.

A fixação foi pensada de maneira a maximizar o espaço do adarve permitindo uma melhor circulação pedonal evitando o contacto físico quando se cruzam; logo, propôs-se a sua colocação lateralmente na muralha, o que permite uma fixação mais sólida não ocupando o espaço do adarve. Também porque estamos a intervir em monumentos históricos, algo fragilizados, não seria prudente fixar o guarda-corpos na extremidade do adarve da muralha (Fig. 55C), pois provavelmente traria futuras complicações, nomeadamente a possibilidade de desmoronamento e a consequente insegurança das pessoas.

O guarda-corpos que se propôs é muito simples, composto por perfis metálicos retangulares e cabos de aço (Fig. 55 e Fig. 56). Este “modelo” encontra-se proposto para outras zonas do Castelo, onde houve necessidade de criar barreiras de proteção para os utentes, usando a mesma linguagem de modo a unificar todo o espaço.



Fig. 55A – Guarda corpos – muralha

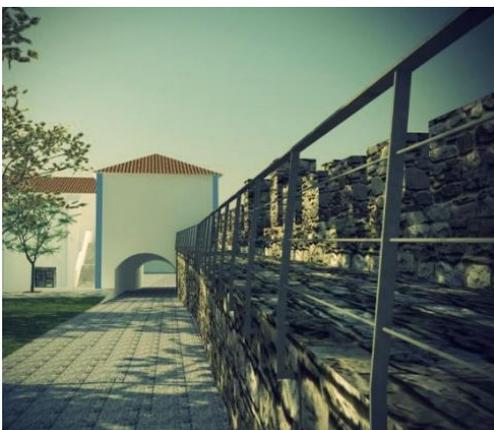


Fig. 55B – Guarda corpos – muralha

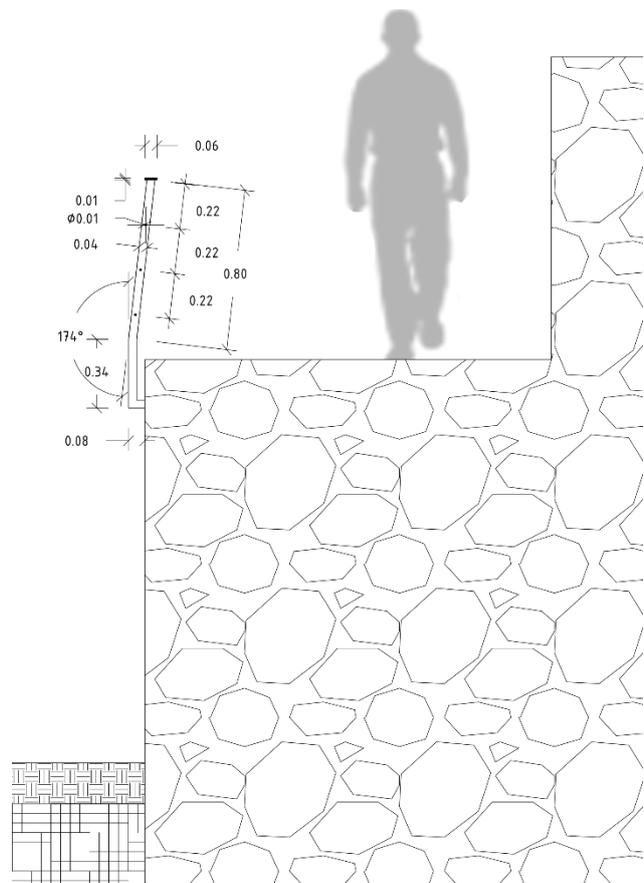


Fig. 55C – Peça técnica – guarda corpos muralha



Fig. 56A - Guarda corpos - muro

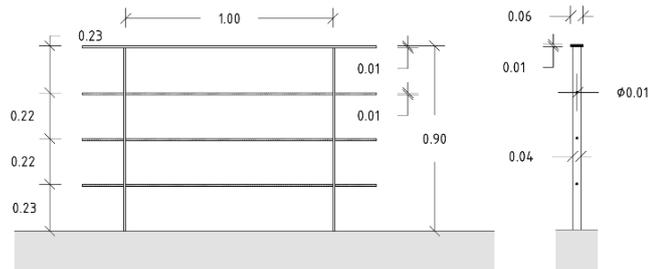


Fig. 56B - Peça técnica - guarda corpos muro

2.6.12. SINALÉTICA

A proposta para a sinalética partiu também da nossa iniciativa, em articulação com a proposta para os percursos solicitados. Consiste então na localização de placas quer de direção, quer de informação relacionada com os percursos e áreas associadas.

São de dois tipos: a sinalética de direção, representada na Fig. 57 e a sinalética de informação na Fig. 58. São constituídas por postes de madeira tratada, do tipo Carmo ou equivalente, podendo inclusivamente ser executada pela própria Câmara Municipal, reduzindo os custos de fabrico.



Fig. 57 - Sinalética de direção

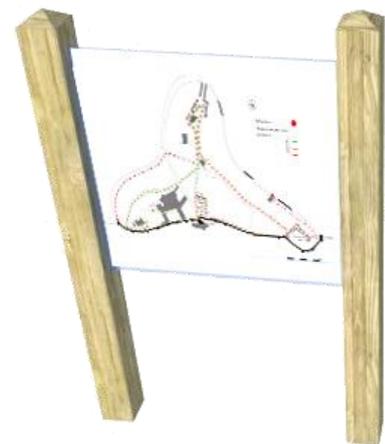


Fig. 58 - Sinalética de informação

A sinalética de direção contém indicações sobre a toponímia e a cor distinta, consoante o tipo de percurso, de modo a identificar a sua extensão.

A sinalética de informação é composta por dois postes/perfis em madeira tratada e duas placas de acrílico coladas, onde se situa o mapa e/ou a informação do local. Esta opção foi

tomada tendo em consideração a durabilidade dos painéis informativos face aos agentes meteorológicos que, frequentemente perdem a sua função devido à exposição ao sol ou à água das chuvas.

É ainda proposto o mesmo tipo de sinalética mas num diferente material, mais concretamente em aço cortén. Este com um custo mais elevado, pois não poderia ser executado pelos serviços municipais, mas com um aspeto visual mais apelativo.

No que diz respeito à sinalética de direção, esta é do tipo *Veco Design*¹⁹ ou equivalente (Fig. 59). Em relação à sinalética de informação a sua composição é semelhante à proposta anteriormente em madeira, com a diferença no material que compõe os perfis, que neste caso serão em aço cortén (Fig. 60).



Fig. 59 – Sinalética de direção (2)

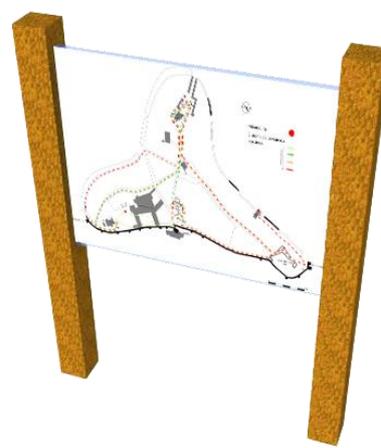


Fig. 60 – Sinalética de informação (2)

¹⁹ Coluna de informação Veco Design – Ref: INFO F01; Dimensões: 0,15x0,15x2,80m

2.7. CONSIDERAÇÕES PESSOAIS

Aquando o início da elaboração desta proposta uma das primeiras condicionantes foi estarmos de certa forma restringidos ao projeto – Centro Nacional de Artes Transdisciplinares – anteriormente realizado pelo Arquiteto José Filipe Ramalho, em que o tivemos de articular com as nossas propostas. Por um lado, esta pré-existência foi uma condicionante ao processo criativo, mas por outro constituiu um desafio na sua articulação.

A elaboração desta proposta ocupou-nos cerca de 2/3 do tempo de estágio nesta entidade, muito devido à extensão da área de intervenção, mas também, devido ao facto de a estarmos a realizar sozinhos. A elaboração desta proposta em 3D também contribuiu bastante para a demora, isto porque, tivemos que aprender de forma autodidata uma nova ferramenta, o *Sketchup*. Tudo isto em soma fez com que a elaboração desta proposta se tornasse num processo moroso.

A aprendizagem desta nova ferramenta permitiu-nos evoluir, a nível técnico, a capacidade de desenvolver desenhos num novo programa, que anteriormente não tínhamos qualquer experiência.

A nossa familiarização com o local facilitou-nos um pouco a tarefa, não só por este se encontrar no nosso local de residência, mas também, como já tínhamos referido, a anterior realização de um projeto para este local na disciplina de Projetos de Arquitetura Paisagista I.

O conhecimento pessoal do local apresenta uma importante fase da execução de um projeto, e o facto deste espaço se encontrar no nosso local de residência/trabalho tornou-se uma mais-valia, porque sempre que surgia alguma dúvida poderíamos ir ao local com grande facilidade. Quando as áreas a trabalhar se encontram distantes do local de trabalho, é impraticável este método devido às despesas que isso acarreta, logo, é fundamental, se possível, na primeira visita ao local recolher toda a informação necessária sobre o mesmo, de modo a evitar deslocações desnecessárias.

O processo de pesquisa a nível histórico deste elemento – Castelo – proporcionou-nos alguns factos sobre a sua evolução e a importância que teve a nossa cidade ao longo dos tempos, dos quais não tínhamos conhecimento, o que se tornou compensador.

O Castelo de Montemor-o-Novo é património nacional, mas, antes disso é património da cidade, é a história da cidade e dos seus cidadãos, é a sua memória enquanto povo, a sua identidade. Logo, foi através da memória que elaborámos esta proposta, o fio condutor – **A memória como geradora/definidora da requalificação do espaço público.**

3. REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DOS PAÇOS DO CONCELHO



Fig. 61 – Fotografia aérea com delimitação do espaço de intervenção a cores
Fonte: Bing Maps [12 Mar. 2013]

3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Largo dos Paços do Concelho (século XVIII-XIX), tal como o nome indica, é onde se situa o edifício da Câmara Municipal e data de 1745. Outrora existiu neste largo o Pelourinho de Montemor-o-Novo, como podemos constatar na Fig. 63.

Segundo Augusto Mesquita (TATA, 2009), o Pelourinho terá sido transferido, uma última vez, em 1749, da Praça Velha (atualmente Praça Cândido dos Reis) onde se situava antigamente a Câmara Municipal, para junto do novo edifício da mesma, no Largo dos Paços do Concelho. Aí permaneceu cerca de 200 anos desconhecendo-se, no entanto, se foi destruído ou retirado. Os últimos indícios da sua existência datam de 1930, quando Luís Chaves no seu estudo "Os Pelourinhos Portugueses" incluía o de Montemor-o-Novo, inserido no mesmo grupo que o de Arraiolos e Santiago do Cacém. Em 1933, o governo determina um inquérito sobre a situação dos pelourinhos do país, cujos resultados foram publicados em 1935, na qual já não havia referência ao pelourinho de Montemor-o-Novo; logo, pensa-se que o seu "desaparecimento" terá acontecido nesse intervalo de três anos.



Fig. 62 – Largo dos Paços do Concelho – atualmente



Fig. 63 – Antigo Pelourinho – L. dos Paços do Concelho
Fonte: <http://montemaior.blogspot.pt> [18 Set. 2013]

Aqui se incluem alguns elementos de elevada relevância (Fig. 66), na qual dois deles estão classificados pelo IGESPAR como Monumento Nacional:

- A Fonte Nova de D. Maria II ou Chafariz do Besugo, século XIX, forrada a mármore, classificada pelo município como VE (valor edificado a proteger);
- Uma lápide encastrada na frontaria do Chafariz de Nossa Senhora da Conceição, classificada como Monumento Nacional. Esta trata-se de uma singela placa quadrangular

em mármore branco de Estremoz, com uma inscrição seiscentista de devoção mariana²⁰, que evoca a dedicação do reino a Nossa Senhora da Conceição pelo rei D. João IV, e está datada de 1646 (IGESPAR, n.d.).

- Uma lápide funerária romano-visigótica com inscrição em latim classificada como Monumento Nacional. Esta lápide consta de três placas retangulares, em mármore branco de Estremoz, dispostas horizontalmente e encastradas num muro fronteiro à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. A placa central, mais alongada, exhibe uma inscrição latina em caracteres clássicos, de teor funerário²¹. A inscrição principal, que data provavelmente do século 2 D.C., é acompanhada de uma outra, gravada nas laterais²², datada do século VII. Na lápide da direita apresenta ainda a delicada gravação de um prumo de arquiteto, constando de um triângulo de cujo vértice pende o fio-de-prumo. O conjunto de lápides terá sido encontrado pelo Alcaide-Mor da vila, D. Martinho de Mascarenhas, nas propriedades que possuía em Mértola, e então colocada num paramento exterior da Igreja Matriz de Santa Maria do Bispo, de onde terá transitado para a presente localização em 1850 (ESPANCA, 1975). Esta lápide está abrangida pela mesma classificação que respeita a todas as lápides da série "Hubner", constando de um *corpus* de epigrafia latina, que não estão recolhidas em Museus (IGESPAR, n.d.).



Fig. 64 – Largo dos Paços do Concelho (2) – atualmente



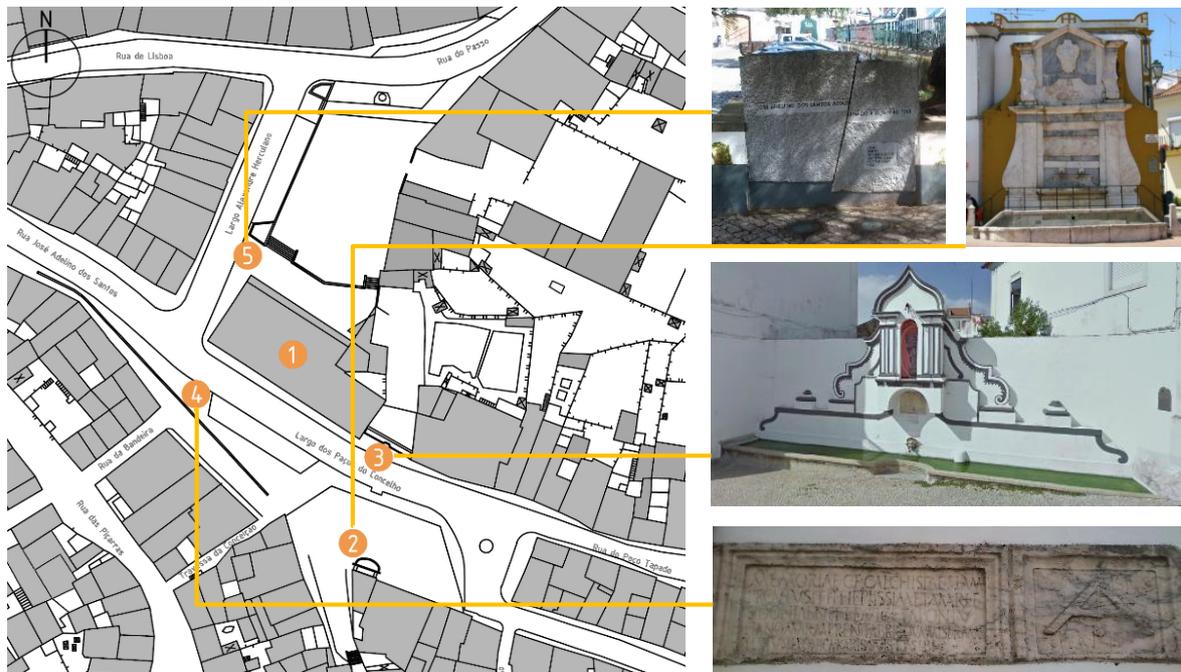
Fig. 65 – Largo dos Paços do Concelho – 1950 aprox.
Fonte: <http://montemor-o-novo.blogspot.com>
[18 Set. 2013]

²⁰ AETERNIT SACR / IMMACULATISSIMAE / CONCEPTIONI MARIAE / JOAN IV PORTUGAL REX / VNA CVM GENERAL COMIT IIS / SE ET REGNA SVA / SVB ANNO CENSV TRIBVTA / RIA / PVBLICE VOVIT / ATQVE DEIPARAM IN IMPERII / TVTELAREM ELECTA / A LABE ORIGINALI PRAESER / VATA PERPETVO DEFENSVR / IVRAMENTO FIRMAVIT / VIVERET VT PIETAS LVSITAN / HOC VIVO LAPIDE MEMORIALE / PERENNE / EXARARI IVSSIT / ANN CHRISTI MDCXLVI / IMPERII SVI VI //, segundo leitura de Túlio Espanca (ESPANCA, 1975).

²¹ MEMORIAE. C. F. CALCHISIAE. FLAM./ PROV. LVSIT. II. FIL. PISSIM. ET. MAR. I. F./ SIDINIAE. NEPT. DVLCE. T. APONIV./ PIANO. MAR. MERENT. FABRIC. QUA. MISER. MA/TER. IVN. LEONICA. KARIS. ET. SIBI//, segundo Túlio Espanca (ESPANCA, 1975).

²² IN NOMINE DNI / NRI XPI/ SENANDVS// ESABILLE/ FECERVNT// (ESPANCA, 1975).

Existe ainda nas imediações do Largo dos Paços do Concelho, mais propriamente no Largo Alexandre Herculano, um bloco de granito partido ao meio, erguido em 1986, pela URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses) em homenagem a José Adelino dos Santos (assassinado a 23 junho de 1958). A referência a este Largo justifica-se pela proposta de ampliação da área de intervenção, como se verá em seguida.



- 1 – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
- 2 – Fonte Nova de D. Maria II ou Chafariz do Besugo
- 3 – Lápide encastrada na frontaria do Chafariz de N^ª S^ª da Conceição
- 4 – Lápide funerária romano-visigótica
- 5 – Bloco de Granito em homenagem a José Adelino dos Santos

Fig. 66 – Mapa de informação de elementos com interesse

3.2. ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

O Largo dos Paços do Concelho situa-se no centro histórico da cidade de Montemor-o-Novo, usualmente denominada "zona antiga". O centro histórico é uma área de importante significado patrimonial, com grande riqueza histórica, arqueológica, paisagística, artística, arquitetónica e urbanística, quer na unidade do seu conjunto, quer na peculiaridade de alguns pormenores notáveis representando, por isso, um potencial que urge conservar, recuperar, reabilitar e revitalizar. Possui aproximadamente um perímetro e uma área de 280m e 2.500m², respetivamente.

Apesar de ter esta designação não pode ser considerado um largo ou praça, no verdadeiro sentido, devido ao facto da sua organização estrutural não funcionar como tal: funciona fundamentalmente como uma via de circulação automóvel e como um parque de estacionamento desordenado, que o desvaloriza e descaracteriza enquanto largo (Fig. 67). Além do desordenamento, em termos de funções desadequadas, a heterogeneidade espacial e a utilização excessiva de uma grande diversidade de pavimentos não lhe confere qualquer unidade ou equilíbrio.

Por causa da localização da Câmara Municipal neste espaço, verifica-se grande afluência de população a este largo, que justifica a sobrecarga de estacionamento automóvel, quer por parte dos funcionários, quer dos munícipes, de um modo geral. Esta sobrecarga estende-se ao Largo Alexandre Herculano, situado a Norte deste edifício, com o perímetro e a área de 190m e 1.700m², respetivamente, onde o estacionamento surge uma vez mais de uma forma desordenada.

O Largo Alexandre Herculano caracteriza-se espacialmente pela existência de uma "plataforma", isto é, há uma diferença altimétrica entre os arruamentos a Oeste e a Sul e o seu centro. Esta diferença é gradual à medida que nos deslocamos de Norte para Sul, o que permite facilmente a integração de um parque de estacionamento automóvel subterrâneo, sem que haja alteração da espacialidade existente.

Pela proximidade física e por apresentar a mesma função, considerámos que se justificava abranger os dois largos – Largo dos Paços do Concelho e Largo Alexandre Herculano – com a mesma proposta.



Fig. 67 – Largo dos Paços do Concelho – situação atual
Fonte: Google Maps – *street view* [7 Mar. 2013]

Terminada a contextualização histórica e a análise e caracterização do local, concluímos que, apesar da divergência de funcionalidades que estes espaços apresentam, deverão ser considerados, quer pela sua história, quer pela importância que assumem no tecido e na malha urbana como espaço de articulação, de desafogo, mas também de sociabilização, com a tipologia praça/largo. Com a determinação de requalificar este espaço como praça/largo procedemos então a uma breve pesquisa sobre esta tipologia de espaço, que se apresenta em seguida.

Também fundamental, enquanto arquitetos paisagistas, é perceber como é que os espaços, alvo de intervenção, se enquadram na estrutura ecológica da cidade e no seu sistema de espaços abertos. Utilizando o estudo efetuado para a intervenção no conjunto do Castelo, e apesar de não existir uma carta de estrutura ecológica para a cidade, podemos considerar que, apesar deste espaço ser, desde há muito, impermeável, deve ser incluído na estrutura ecológica descontínua ou integrada, ou no sistema de espaços abertos, uma vez que é fundamental para a cidade enquanto espaço aberto de desafogo e articulação, assim como para a qualidade de vida dos seus cidadãos.

3.3. ESPAÇO PÚBLICO ABERTO – A PRAÇA ENQUANTO ESPAÇO DE COMUNIDADE

O espaço público aberto reflete, ainda nos dias de hoje, a multiplicidade de usos, a herança das mentalidades urbanísticas, a atualidade e a importância fundamental na vida dos cidadãos (ALVES, 2003, p. 45).

Segundo Serdoura ou Lynch (PEREIRA, 2008, p. 12), o espaço aberto público apresenta diversas tipologias na estrutura urbana, que se destacam e distinguem entre si, pelas suas características físicas e pelas relações que as pessoas estabelecem com esses espaços. Definem o espaço público em duas tipologias: o linear e o não linear. O primeiro abrange as ruas/avenidas e as frentes ribeirinhas; e o segundo engloba as praças/largos, os parques e os espaços livres de bairro. Consideram ainda que é nos espaços não lineares que as atividades de sociabilização da comunidade mais se destacam.

O nosso foco irá incidir mais sobre os espaços abertos públicos não lineares, mais concretamente nas praças/largos, visto ser este o ponto focal da nossa proposta de intervenção.

A definição de praça, segundo a infopédia (Enciclopédia e Dicionários Porto Editora), é: lugar público e amplo geralmente rodeado de edifícios e onde desembocam várias ruas; largo; rossio. Para ALVES (2003, p. 75), praça no seu sentido estrito, é o resultado de um agrupamento de casas à volta de um espaço livre, de cujo sentido, implícito à própria definição, se destaca como característica principal – ser um espaço fechado. Na perspetiva de Zuliani²³, a praça é o local tradicional do comércio, nó formal para onde convergem as ruas centrando em si todas as energias sociais: quem compra, vende, passa, passeia, contempla, conversa, etc. Segundo Mascaro²⁴, a praça pode-se definir como um espaço fechado ou um interior aberto, é um lugar cheio de significados e com grande conteúdo simbólico. Outro autor, Lamas²⁵, define a praça como o lugar público intencional de permanência, de encontro, de comércio e de circulação, palco de importantes eventos festivos, comemorações e manifestações, onde a arquitetura assume um papel de destaque.

Ao conceito de praça associa-se a noção de lugar, segundo ALVES (2003, p. 75), a praça entendida como um interior aberto faz transparecer o sentido de “estar”, um sentido distinto e particular. Segundo o mesmo autor, a praça tem uma vocação simbólica inerente, na qual se associa frequentemente edifícios públicos ou partes deles (igreja, edifícios de poder

²³ PEREIRA, 2008, p. 13

²⁴ Idem

²⁵ Idem

político, etc.), e o seu forte sentido de contenção, promove o desenrolar de determinados potenciais para a sua vivacidade²⁶, suscetíveis de serem recordados no âmbito das vivências coletivas ou individuais – “à sensação de estar associa-se o desenvolvimento de uma ou mais atividades”.

As primeiras praças tinham uma utilidade vital no contexto urbano, eram consideradas o local mais importante na urbe, onde tudo acontecia e para onde todos se dirigiam, o centro dinâmico da cidade. Segundo Almeida a praça histórica surge como elemento primordial no desenho urbano e de interação social, principalmente, relacionada à atividade económica e ao poder político. A praça era o cerne de troca de bens e informação, onde se fazia justiça ou celebrações (PEREIRA, 2008).

A praça possui uma relação com o passado que remonta à *Ágora* grega, e ao *Forum* romano. Estas civilizações desenvolveram grandes cidades bem estruturadas, e a função específica destes espaços não difere assim tanto do uso que tiveram as grandes praças das nossas metrópoles ocidentais. Mas segundo ALVES (2003, p. 76), o papel da praça na cidade moderna decaiu; a praça converteu-se num local de passagem/atravessamento ou de encontro momentâneo, por vezes de passeio, onde raramente se perpetuam atividades. Caldeira (PEREIRA, 2008) defende que atualmente a praça não possui o mesmo sentido e relevância de outras épocas, limitando-se a ser uma zona trivial, por onde constantemente os veículos passam ou estão estacionados, fruto urbanístico da intersecção de eixos viários.

Para Almeida, a praça contemporânea apresenta cada vez mais um papel privado e individual, fruto das alterações no seu uso, tal como no seu significado. Estas alterações ocorreram maioritariamente no séc. XX, devido ao rápido desenvolvimento (progresso) ocorrido neste século. O estilo de vida da sociedade e os novos padrões de comportamento, influenciados pela evolução tecnológica e científica e pelo próprio sistema económico, fizeram-se sentir na cidade essencialmente no espaço público. O indivíduo ficou mais independente devido aos novos meios de comunicação e deslocação²⁷, o que contribuiu também para o seu afastamento e isolamento no contacto com os outros. As práticas comerciais que antes se faziam em plena praça, em espaço aberto, fazem-se agora em lugares fechados como os centros comerciais, fruto da criação de uma sociedade consumista, degradando a praça pública no seu uso e na sua aparência (PEREIRA, 2008, p. 18).

²⁶ Lugares de manifestações e de encontros sócio-culturais, comerciais ou outros, de estadia e de lazer, coletivos ou singulares, ocasionais ou programados.

²⁷ O tempo foi abreviado não só no modo de contacto e diálogo entre indivíduos, podendo ser feito por telefone, telemóvel, *e-mail*, internet, etc., como também, na mobilidade individual que proporciona autonomia e rapidez nas deslocações.

Estas transformações nas sociedades urbanas contemporâneas tiveram consequências para a praça pública, e para a grande maioria de outros espaços públicos urbanos, marginalizada pelo Homem e pelo progresso, segundo ALVES (2003, p. 59), o papel de lugar de encontro social e de troca de bens, encontra-se hoje dissipado pelas transformações culturais, económicas e demográficas, abrindo espaço ao *stress* social e à desertificação de determinadas áreas, entre outros fenómenos que traduzem os custos da alienação do homem da cidade.

Atualmente este paradigma tem vindo a alterar-se e o espaço público urbano tem sido alvo de preocupação e de interesse por parte da sociedade. ALVES (2003) refere que o sentido de "comunidade" está alterado nos dias de hoje, e que se confundem os instrumentos para repor na cidade esse mesmo espírito de comunidade. Portanto, na (re)construção de um espaço público é importante analisar as dimensões humanas a par da participação direta dos utilizadores (e restantes atores urbanos) no processo, ou seja, é necessário entender o contexto físico e social do espaço público através dos olhos dos seus potenciais utilizadores. Segundo o autor, a praça é mais do que um espaço de passagem, esta deve constituir um lugar em si, cuja função principal se caracteriza pela satisfação interativa de necessidades humanas – como passear, sentar, contemplar, comer, ler, observar, conversar e relaxar, ou seja, um espaço para a comunidade. Refere ainda que, da antiga praça de relevância na estrutura das cidades históricas, deve-se distinguir, hoje, a praça recriada da inter-relação de velhos e novos usos, exclusivos ou não, mas onde permaneça a qualidade de ser recordada e revivida como praça.

Hoje em dia há uma preocupação pela requalificação dos centros históricos das cidades, e pela procura de locais com qualidade de vida e, segundo ALVES (2003, p. 76), vários autores têm apelado para a urgência de recriar a praça urbana. Apesar das transformações, do abandono e da indiferença ao longo dos tempos, as funções e imagem da praça foram, em geral, apenas alteradas, porque o potencial do seu carácter estruturante, da possibilidade da vivência do Homem em comunidade, mantém-se.

A praça tem sentido fundamental na vida da cidade e na dos seus cidadãos, logo, a renovação das praças públicas, nos dias de hoje, poderá ser uma estratégia que promova o relacionamento e a interação social da comunidade, recuperando a identidade local de outrora. Gehl e Gemzøe (PEREIRA, 2008, p. 2) defendem que existe uma correlação óbvia entre a qualidade urbana e a vida no espaço público.

Segundo Serdoura (PEREIRA, 2008), estudos psicológicos e antropológicos indicam que há uma interdependência entre a vida social limitada e a instabilidade emocional. Portanto, o Homem como ser social que é, precisa de condições para se encontrar com os outros, logo, a

relevância dos espaços de encontro. O espaço público além de ser o local de encontro do Homem com os seus similares, é também o local de encontro deste com a sua própria cidadania, que lhe permite desenvolver e consolidar a sua vida em comunidade.

Existe uma relação simbiótica entre o Homem e o espaço público; a presença humana é imprescindível na praça (rua, avenida, etc..), porque sem ela a praça perde a sua função primária de espaço público, tornando-se num local inseguro e pouco dinâmico; e o Homem precisa da praça para socializar e desenvolver a sua vida em comunidade. (PEREIRA, 2008, p. 26)

Resumindo, as praças são pontos de encontro, locais de convívio e discussão, locais de comércio. São também locais de celebração e de propaganda, de festividades e eventos. Elos de socialização são a materialização da ideia de espaço público; e em todas as eras, os largos e as praças como os mais nobres espaços de uma cidade. Estes permitem a fluidez, o movimento, o contacto, a socialização, o equilíbrio, enfim – a dinâmica de cidade.

Tendo a nossa determinação de requalificar este espaço como praça/largo, saído reforçado com a pesquisa desenvolvida consideramos efetivamente que este largo assume, neste caso, as mesmas funções da praça, assim como o mesmo valor, também em termos sociais e estéticos. Assim, é com base nestes fundamentos que seguimos para a abordagem e possíveis propostas que a seguir se apresentam.

3.4. PROGRAMA

A remodelação do Largo dos Paços do Concelho cinge-se a estudos prévios e desenvolveu-se em articulação estreita com o Plano de Reabilitação Urbana, atualmente em realização nos serviços municipais.

Foi-nos facultado um *dossier* com várias propostas de estudos prévios para o centro histórico de Montemor-o-Novo e que poderiam servir de base para as nossas propostas. Estas propostas foram realizadas em Maio de 2000 pelo Gabinete do Centro Histórico (Gabinete Técnico Local – G.T.L.), atualmente extinto, e inseridas no plano de salvaguarda e reabilitação urbana do centro histórico.

A Câmara pretendia, para este espaço, a elaboração de um estudo prévio que visasse a sua requalificação e revitalização, evidenciando o seu carácter singular na cidade, assim como o enaltecimento estético e arquitetónico das fontes e edifícios que o constroem.

Eram também solicitadas condições de acessibilidade, conforto e segurança, privilegiando o uso pedonal, compatibilizando-o com a circulação automóvel e o estacionamento, sendo, no entanto, necessário preservar o número de lugares de estacionamento existente.

3.5. PROPOSTAS

Foram elaboradas três propostas para o Largo dos Paços do Concelho:

- A PROPOSTA I corresponde à primeira solicitação por parte da Câmara Municipal, para este espaço. Nesta proposta considerámos que se justificava abranger também o Largo Alexandre Herculano para a realização de um parque de estacionamento subterrâneo;
- A PROPOSTA II vem como alternativa à primeira, na qual nos foi solicitado que realizássemos uma proposta em que não houvesse intervenção no Largo Alexandre Herculano, para reduzir os custos da execução da obra;
- A PROPOSTA III parte de iniciativa nossa e consiste no que seria o ideal para o local (surge com o objetivo de poder vir a ser considerada futuramente).

A proposta para a requalificação deste espaço passa por uma reorganização espacial alterando a circulação automóvel e reorganizando o estacionamento. Assim, em todas as propostas se pretende alterar o sentido do tráfego automóvel atual. Na reorganização do estacionamento salvaguardou-se o número necessário de lugares²⁸, segundo o *Decreto-lei 163/2006* de 8 de Agosto, para veículos em que um dos ocupantes seja uma pessoa com mobilidade condicionada, localizados no percurso acessível mais curto até aos serviços municipais.

O facto de se suprimir um dos sentidos viários e diminuir a carga de tráfego naquele espaço, necessitou a realização de um estudo de alteração do plano de circulação viário para toda aquela zona e sua envolvente. Em relação à reorganização do estacionamento automóvel, em duas das propostas (3.5.2. Proposta I e 3.5.4. Proposta III²⁹), alargou-se a área de intervenção até ao Largo Alexandre Herculano, sito no alçado posterior da Câmara Municipal. Pretende-se manter a sua função de parque automóvel, aproveitando o desnível natural que o terreno possui para construir um parque subterrâneo, compensando o número de lugares de estacionamento suprimidos no Largo dos Paços do Concelho.

Com as propostas para este espaço pretende-se oferecer à população montemorense um espaço digno, que seja o rosto do município, dignificando a própria Câmara Municipal. Um espaço que vise a atividade de carácter social e cultural, também em articulação com a autarquia, que favoreça o peão e o convide a permanecer. Deverá também contribuir para a dinamização dos serviços e comércio ali existentes, como defendido pelos autores estudados e apresentados anteriormente³⁰

²⁸ 3 lugares em espaços de estacionamento com uma lotação compreendida entre 26 e 100 lugares.

²⁹ Ver páginas nº 63 e 70 do trabalho, respetivamente.

³⁰ Ver página nº 56, subcapítulo 3.3.

3.5.1. ESTUDO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIO

Como já foi referido, sentiu-se a necessidade de suprimir um dos sentidos viários para melhorar, efetivamente, a vivência desses espaços.

Após o estudo da circulação viária na cidade propôs-se que se mantivesse o sentido mais lógico, de Sudeste para Noroeste, a fim de contrabalançar e redistribuir as cargas de tráfego. Este sentido ficou em concordância com o plano de circulação de Montemor-o-Novo (proposta base – Janeiro 2008), onde são propostas uma série de alterações na circulação automóvel da cidade, requalificando os espaços urbanos e redistribuindo as cargas de tráfego.

Esta supressão de um sentido viário vai permitir um ganho de espaço para o peão e reduzir a intensidade de tráfego automóvel no local, bem como eliminar os conflitos de trânsito existentes atualmente, devido aos dois sentidos viários e ao estacionamento paralelo nas vias.

Nas figuras seguintes é representado o plano de circulação existente e o proposto.

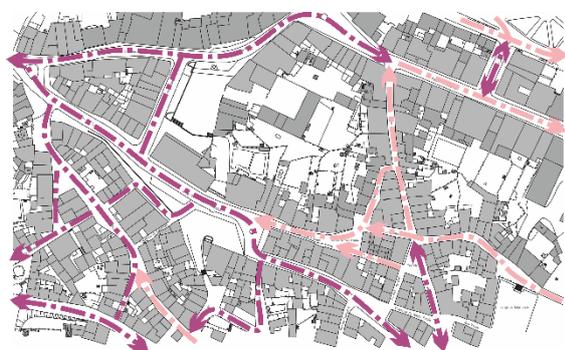
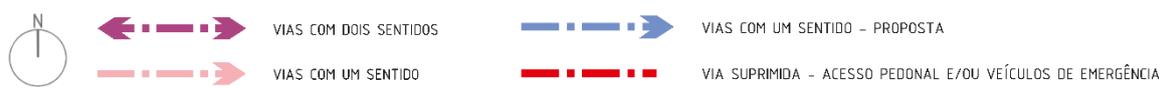


Fig. 68 – Plano de circulação viário existente

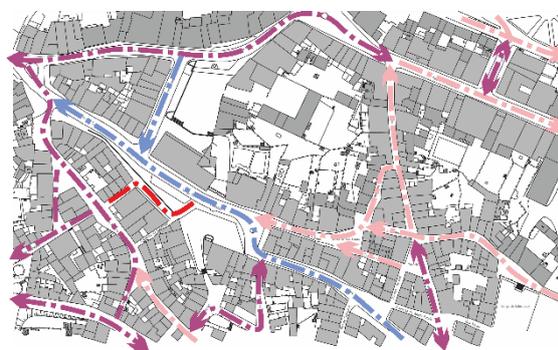


Fig. 69 – Plano de circulação viário proposto

3.5.2. PROPOSTA I

Na concepção inicial desta proposta, foram tidos em conta os principais problemas que o espaço apresenta, e adotados os conceitos de unidade e valorização estética e funcional do local. Logo, uma das primeiras soluções equacionadas foi a reorganização de todo o estacionamento automóvel desordenado e caótico que, de momento é a ocorrência que mais caracteriza o espaço, valorizando-o e devolvendo-o assim à população. Como ALVES (2003, p. 81) refere, *“a presença do automóvel na praça representa, seguramente, um dos melhores indicadores da natureza e da qualidade deste tipo de espaços”*.

Assim, a remoção do número de lugares de estacionamento impunha-se. No entanto, a necessidade efetiva destes lugares levou-nos a estudar a proposta idealizada pelo G.T.L., onde é proposto um estacionamento subterrâneo no Largo Alexandre Herculano, como já foi referido.

Após o estudo desta proposta verificou-se que tal não era possível, uma vez que não era compatível com as características atuais do local, tais como acesso a garagens e existência de infraestruturas, executadas posteriormente à proposta referida. Assim houve a necessidade de criarmos uma nova proposta, adequando-a às características do local.



Fig. 70 – Largo Alexandre Herculano – situação atual
Em Anexo, Volume II – Anexo 10 Esc. 1:750



Fig. 71 – Largo Alexandre Herculano – proposta do estacionamento de superfície
Em Anexo, Volume II – Anexo 08 Esc. 1:750

Pensou-se então em juntar os lugares de estacionamento do Largo dos Paços do Concelho com os do Largo Alexandre Herculano, propondo uma única área de estacionamento de superfície (Fig. 71), devidamente organizada e, também, estacionamento subterrâneo (Fig.'s 72 e 73), aproveitando o perfil do terreno, que permite fazê-lo sem grande alteração da sua imagem.

Presentemente, a Sul do Largo Alexandre Herculano existe uma diferença altimétrica de 1,30m, entre o espaço contíguo ao alçado posterior do edifício da Câmara Municipal e a "plataforma". Esta diferenciação de cotas entre estes dois espaços permite-nos criar com alguma facilidade, o acesso para o parque de estacionamento subterrâneo.

Assim para a conceção deste parque de estacionamento, fez-se uma ligeira alteração no terreno, possibilitando ganhar 0,70m de altura no limite Sul, face às cotas existentes. Com esta retificação ficamos com 2m de altura entre estes dois espaços; logo, só foi necessário rebaixar 1m de altura ao espaço adjacente ao edifício, para permitir o acesso ao parque subterrâneo.

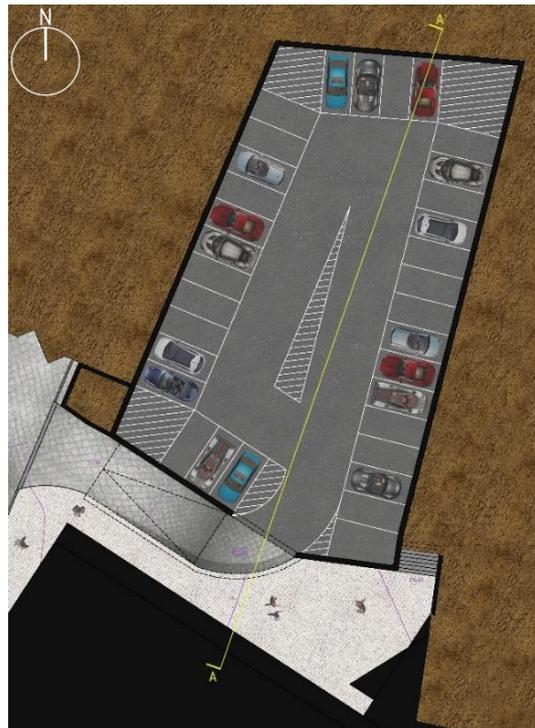


Fig. 72 – Largo Alexandre Herculano – proposta do estacionamento subterrâneo Esc. 1:600
Em Anexo, Volume II – Anexo 06



Fig. 73 – Corte transversal (corte AA')
Em Anexo, Volume II – Anexo 07

Esc. 1:500

Apesar de não se conseguir manter, na íntegra, os 86 lugares de estacionamento, considera-se que o ganho em qualidade espacial, e na oferta de uma melhor vivência à população, o justificam.

Das 3 propostas apresentadas para o Largo dos Paços do Concelho, esta³¹ foi a eleita pela Câmara Municipal como a que melhor resposta dava ao pretendido, nomeadamente pelo facto de unificar o espaço com a utilização de um único material de revestimento – o granito – em lajes e cubos, em oposição à grande diversidade de materiais que existe atualmente.



Fig. 76 – Plano Geral da Proposta I para o Largo dos Paços do Concelho
Em Anexo, Volume II – Anexo 08

Esc. 1:600

O revestimento de cubo de granito destina-se somente à via de circulação automóvel, e a sua configuração será regular com as seguintes dimensões: 0,10x0,10x0,10m. As lajes de granito serão utilizadas como revestimento da restante área reservada ao peão, com um formato retangular de 1,00x0,50m, orientadas no sentido Noroeste-Sudeste.

³¹ Apresentado em Anexo, Volume II, o Plano Geral e o Plano de Nivelamento referente a esta proposta, Anexos 08 e 09, respetivamente.

Com esta proposta tem-se uma pequena separação de espaços feita pelo alinhamento das árvores propostas (6 exemplares de *Jacaranda mimosifolia*) e pela diferenciação do nível dos pavimentos criando uma área para circulação automóvel e uma área para circulação pedonal. Pretende-se com esta distinção de funções devolver o largo à população, através da criação de uma zona de estadia com mobiliário urbano adequado (Fig. 78) e de um espaço amplo e polivalente, permitindo a instalação de esplanadas e sua consequente dinamização, bem como a realização anual do magusto, como é tradição.

A proposta desta espécie arbórea deve-se à sua floração, cuja cor contrasta com o tom cinzento do pavimento, “tingindo” e perfumando este largo, ao longo das estações do ano.



Fig. 77 - Corte transversal (corte BB')
Em Anexo, Volume II - Anexo 14

Esc. 1:300



Fig. 78 - Zonas de estadia

As zonas de estadia situam-se sob as árvores, como podemos verificar na Fig. 78. O mobiliário escolhido para o efeito é do tipo *Veco Design*³² ou equivalente. A escolha deste modelo prende-se com seu *design* minimalista, que vai ao encontro da imagem pretendida para todo o espaço, minimalista, atrativa e funcional.

As caldeiras das árvores são cobertas por uma grelha do tipo *BrinCANTEL*³³ ou equivalente, o que permite o seu pisoteio ganhando área de passagem, ao mesmo tempo que protege as raízes das árvores.

³² Banco Veco Design - Ref: BA HORIZONTE; Dimensões: 2,50x0,55x0,45m

³³ Grelha BrinCANTEL - Ref: Grelha Laser L26; Dimensões: 1,20x1,20m Ø interior 0,47m

3.5.3. PROPOSTA II

Foi-nos solicitado que elaborássemos uma proposta alternativa em que não houvesse uma intervenção no Largo Alexandre Herculano, para diminuição de custos. Assim verifica-se a necessidade de manter o número de estacionamentos existente traduzindo-se no ajuste do desenho proposto para o Largo dos Paços do Concelho, adequando-o a um parque de estacionamento automóvel.



Fig. 79 – Plano Geral da Proposta II para o Largo dos Paços do Concelho
Em Anexo, Volume II – Anexo 10

Esc. 1:600



Fig. 80 – Corte transversal (corte CC')
Em Anexo, Volume II – Anexo 14

Esc. 1:300

Esta proposta³⁴ é semelhante à apresentada anteriormente, diferenciando-se pelo facto de se propor apenas um parque de estacionamento automóvel. Para a integração deste parque de estacionamento, teve que se realizar um ajustamento no desenho, recuando o alinhamento das árvores e a área destinada ao uso pedonal. É inserido um novo material, o cubo de calcário, utilizado na marcação dos lugares de estacionamento. Na área destinada ao parque automóvel é utilizado o cubo de granito de 0,06x0,06x0,06m, ao contrário do utilizado na via destinada à circulação automóvel – 0,10x0,10x0,10m, de modo a distinguir os espaços.

Após efetuados, apresentados e discutidos vários estudos sobre o tipo de estacionamento: paralelo, em espinha (60°, 45° e 30°) e perpendicular ao eixo da faixa de rodagem, optou-se pela proposta que aqui apresentamos em que o estacionamento se encontra em espinha a 60°, uma vez que permite a existência de um maior número de lugares (26) e uma maior facilidade nas manobras de estacionamento, quando comparado com as outras soluções (Fig. 81).

Esta proposta não cumpre na totalidade o objetivo de manter o número de lugares existente (33), mas permite a criação de um espaço mais ordenado e favorável ao peão, com boas áreas de estadia e de circulação. Existe sempre a possibilidade de conjugar, caso haja essa intenção, a intervenção no Largo Alexandre Herculano da Proposta I com esta proposta (Proposta II), maximizando, desta forma, o número de lugares de estacionamento automóvel, para um total de 109.

	TIPO DE ESTACIONAMENTO				
	PARALELO	PERPENDICULAR	EM ESPINHA		
			60°	45°	30°
Nº DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO	14	30	26	22	17

Fig. 81 – Quadro – Número de lugares de estacionamento

³⁴ Apresentado em Anexo, Volume II, o Plano Geral e o Plano de Nivelamento referente a esta proposta, Anexos 10 e 11, respetivamente.

3.5.4. PROPOSTA III

Esta proposta³⁵ parte de iniciativa nossa e consiste, na nossa opinião, no que seria o ideal para o local, e surge com o objetivo de poder vir a ser considerada, futuramente, como já foi referido. Assim quisemos manter a proposta, do estacionamento subterrâneo, apresentado anteriormente na Proposta I. Achamos que é determinante para o Largo dos Paços do Concelho que se realize a proposta do estacionamento subterrâneo no Largo Alexandre Herculano, porque se proporciona, efetivamente, uma melhor qualidade na vivência do espaço com a supressão do estacionamento automóvel.



Fig. 82 – Plano Geral da Proposta III para o Largo dos Paços do Concelho
Em Anexo, Volume II – Anexo 12

Esc. 1:600

³⁵ Apresentado em Anexo, Volume II, o Plano Geral e o Plano de Nivelamento referente a esta proposta, Anexos 12 e 13, respetivamente.



Fig. 83 – Corte transversal (corte DD')
Em Anexo, Volume II – Anexo 14

Esc. 1:300

Para a Proposta III, propusemos uma área ampla em que a circulação automóvel e pedonal é partilhada, remetendo para um conceito do planeamento urbano que visa a utilização integrada de espaços, conhecido como *shared space*³⁶. Esta partilha de espaço permite criar uma área mais ampla integrando-a como um todo, e não com a habitual segregação entre estes dois tipos de espaço, no final criar o *espaço comunidade*, (referido no capítulo 3.3. Espaço Público Aberto – A Praça Enquanto Espaço de Comunidade³⁷).

A única distinção realizada nesta proposta passa pela marcação da circulação viária com calçada em cubo de granito, ao contrário de laje de granito como acontece no restante espaço. Esta distinção deve-se por um lado, à carga que é exercida no pavimento pelos veículos, que implicaria uma espessura de laje muito maior para suportar tais cargas. Por outro lado facilita a ordenação da circulação viária. Favorece também a circulação pedonal, no caso de pessoas invisuais – um dos pontos de discussão sobre este tipo de conceito – pois permite a perceção de um diferente “ambiente”, através da diferença de texturas entre estes dois pavimentos. Como PEREIRA (2008, p. 42) refere: “*pavimentos mais rugosos devem reportar-se às situações de atravessamento, precisamente pelo efeito de desconforto e aparente insegurança que provocam*”.

³⁶ *Shared space* ou, em português, “espaço partilhado”, é um conceito de planeamento urbano que visa a utilização integrada de espaços, ou seja, removem a tradicional segregação que existe entre espaço viário (automóvel/bicicleta...) e espaço pedonal.

Este conceito foi idealizado por um engenheiro de tráfego Holandês – Hans Moderman. As obras idealizadas através deste conceito começam a ganhar destaque em países industrializados, tais como, Estados Unidos, Alemanha e Suécia, entre outros, com efeitos muito positivos no que diz respeito à vivência destes espaços e à circulação dos seus utilizadores. Este destaque dá-se à medida que a antiga ideia de que as ruas eram prioritariamente concebidas para a circulação automóvel desvanece e surge esta “nova moda” de favorecer a circulação pedonal e devolver as ruas ao peão.

A idealização deste conceito consiste simplesmente na ausência dos sistemas convencionais de gestão de ruas, tais como, a diferenciação de cotas entre passeios e vias de circulação automóvel, sinais ou indicativos de uso de espaço (linhas ou placas). Esta abordagem valoriza os lugares como espaços sociais e de interação, tornando as atividades como andar de carro, de bicicleta ou a pé numa ação integrada, partilhando o espaço – *shared space*.

³⁷ Ver página nº 56 do trabalho.

A partilha de espaço obriga, também, o automobilista ser mais cauteloso, e por consequência a moderação de velocidade é acentuada. Este percebe que não está no seu ambiente, com uma separação física entre a zona pedonal e a automóvel, logo, existe um cuidado redobrado, tanto por parte de quem circula a pé, como por parte dos automobilistas. Cria-se assim um espaço mais calmo devido ao fator velocidade ser drasticamente reduzido, como se pode constatar em algumas cidades mundiais na qual realizaram este tipo de planeamento urbano, tais como, Londres, New Castle, Bordéus, entre outras. *“Essencialmente, o que isso significa é uma transferência de poder e responsabilidade do Estado para o indivíduo e para a comunidade”*.³⁸

Existem ainda duas das citações mais conhecidas do criador deste conceito, Hans Moderman, que não queremos deixar de referir, porque estas são de certa maneira a base e a definição do *shared space*:

“Uma ampla estrada com muitos sinais... é dizer: vá em frente, não se preocupe, vá tão rápido quanto você quiser, não há necessidade de prestar atenção ao seu redor. E essa é uma mensagem muito perigosa”.³⁹

“Todos aqueles sinais estão a dizer aos carros: este é o seu espaço, e nós organizamos o seu comportamento para que, desde que você se comporte desta maneira, nada poderá acontecer consigo. Esta é a história errada”.⁴⁰

Esta proposta é semelhante, na sua constituição às anteriores, quer ao nível dos pavimentos, quer da vegetação. Nesta propõe-se uma área ampla sem diferenciação do nível dos pavimentos, havendo apenas uma situação pontual, em que existe um degrau junto aos cafés, criando uma zona mais nivelada para uso de esplanada.

³⁸ Citação original: *“Essentially, what it means is a transfer of power and responsibility from the state to the individual and the community”* in <http://www.pps.org/reference/hans-moderman/> [9 Jan. de 2014].

³⁹ Citação original: *“A wide road with a lot of signs is... saying, go ahead, don't worry, go as fast as you want, there's no need to pay attention to your surroundings. And that's a very dangerous message”* in idem.

⁴⁰ Citação original: *“All those signs are saying to cars, 'this is your space, and we have organized your behavior so that as long as you behave this way, nothing can happen to you'. That is the wrong story”* in idem.

3.6. CONSIDERAÇÕES PESSOAIS

A principal preocupação na concepção deste espaço foi manter a sua funcionalidade como espaço público aberto, da tipologia de largo, o que envolveu desafios além das decisões de *design*. Este não é apenas um espaço de passagem ou uso opcional, é acima de tudo um espaço funcional e social, logo, não podemos negligenciar os seus utilizadores ou atividades nele decorridas. Segundo ALVES (2003, p. 297), *“mais do que reunir todos os requisitos qualitativos para a sua espacialidade ou do que conseguir as “coisas” físicas que se desejam, criar o espaço público é assimilar o mistério que envolve os seus múltiplos propósitos sociais, através de um desenho que caminhe ao encontro de objetivos públicos e de comunidades a (re)criar”*.

Desde que nos foi proposto desenvolver estudos prévios para este lugar deliberámos, que era primordial reduzir a intensidade de tráfego no local e reorganizar o estacionamento automóvel, para melhorar a vivência do espaço.

Esta última opção levou-nos, desde logo, a realizar uma proposta de intervenção no Largo Alexandre Herculano, que nos trouxe alguns desafios no desenho do estacionamento subterrâneo, obrigando-nos a pesquisar o seu modo de concepção, visto pertencer a uma área fora do nosso ambiente profissional.

O conceito ou fio condutor para o desenvolvimento das propostas para o Largo dos Paços do Concelho, baseia-se na frase *“Less is more”* do poema *“Andrea del Sarto, called “The Faultless Painter”* de Robert Browning, em 1855, mais tarde adotada pelo arquiteto Ludwig Mies van der Rohe, como princípio para o desenho minimalista.

Optámos por este conceito porque quisemos manter um desenho “limpo” e sem excessos, de forma a evidenciar, e a não concorrer com, os elementos arquitetónicos aqui presentes. Outra das razões prende-se pelas dimensões reduzidas do espaço.

Aqui, o processo de pesquisa a nível histórico do local também foi muito gratificante, pois permitiu-nos conhecer outros factos históricos sobre o nosso local de residência, que desconhecíamos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

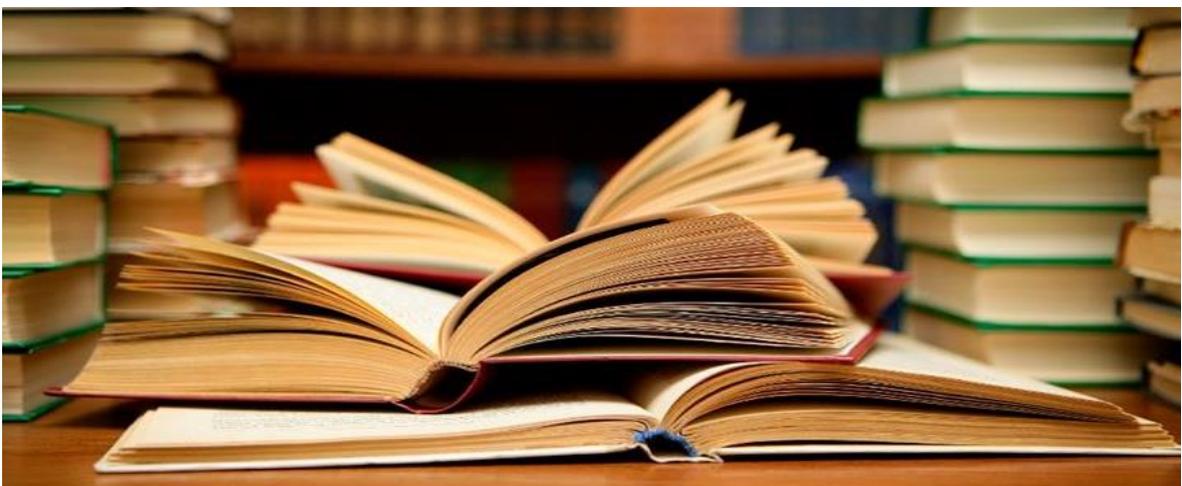


Fig. 84 - Livros

Fonte: <http://diariodigital.sapo.pt> [3 Dez. 2013]

A realização deste estágio na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo permitiu-nos fazer a transição da formação académica para o nível profissional, constituindo uma importante etapa na nossa formação como futuro profissional, e como Arquiteto Paisagista.

Um dos primeiros impactos que sentimos no começo do estágio, na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, foi a necessidade de adaptação às limitações orçamentais, fruto da retração económica que o País atravessa. No nosso caso, não foi concretamente o limite orçamental, pois não tínhamos um, uma vez que o trabalho realizado durante o período de estágio não seria feito de imediato, mas sim num futuro próximo. Foi sim a restrição ao nível da escolha de materiais e de soluções criativas de projeto, considerando que estes poderiam vir a ser executados, e que as soluções propostas seriam exequíveis, não lesando esteticamente e funcionalmente o espaço e os que o poderão usufruir.

Este estágio permitiu enriquecer os nossos conhecimentos a nível de *software* e edição de imagem, pois sentimos a necessidade de ver as ideias transpostas numa imagem, de uma perspetiva diferente do plano ou do corte. Referimo-nos a um modelo em 3D, uma imagem tangível e não apenas a visualização idealizada pela leitura em planta ou em corte, importante quer para nós, quer para a comunicação a outros. Assim, de uma forma autodidata, aprendemos a trabalhar com o *software Google SketchUp*, que nos permitiu criar os modelos das propostas em 3D. Foi um processo moroso, mais do que se tivéssemos tido formação adequada. O mesmo aconteceu com o *software Photoshop*. No entanto, neste caso já tínhamos aprendido a trabalhar com ele, também, de uma forma autodidata e com alguma troca de informação entre colegas de universidade. Esta experiência permitiu-nos aprofundar estes conhecimentos utilizando novas ferramentas na edição de imagem e adotando novas técnicas de comunicação de ideias, o que se tornou enriquecedor.

Ainda relativamente a este tipo de ferramentas, consideramos que seria adequada uma maior oferta, ao nível académico, uma vez que são instrumentos indispensáveis, atualmente, na transmissão e na comunicação das propostas.

Obviamente que devemos, enquanto estudantes, investir na nossa formação, tal como o processo de Bolonha indica, mas o mundo do trabalho hoje em dia é muito competitivo e nós precisamos de todas as ferramentas possíveis se queremos vingar. Esta componente de aprendizagem de *softwares* não implicaria que estivesse inserida no curso, poderia surgir como disciplinas optativas ou como formação extracurricular, ainda que tivessem um custo extra, mas acessível a todos.

Este estágio deixou-nos uma sensação agri-doce. Sentimos que faltou algo, algo mais enriquecedor, que nos motivasse e levasse as nossas capacidades mais além. Sentimos a necessidade de sermos confrontados com mais desafios e de estarmos integrados numa

equipa interdisciplinar no desenvolvimento do projeto, desde a sua conceção à sua finalização em fase de obra, embora a duração do estágio não o permita, a não ser que fosse uma obra muito pequena. Teria sido mais enriquecedor se tivéssemos acompanhado qualquer uma das outras fases de projeto. Obviamente que a entidade é alheia a esta situação, e a conjuntura que o nosso país atravessa traduz-se em menos obras públicas. Provavelmente, também o *timing* em que ingressámos no estágio não terá sido o melhor, visto que um dos projetos de requalificação de espaços exteriores, de maior dimensão, realizados na cidade até aos dias de hoje, se encontrava na fase final de construção.

Esta experiência na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo não nos permitiu mostrar nem testar a nossa capacidade de reação e de resposta face a problemas que pudessem surgir e a sua possível correção. De certo modo, não nos permitiu “mostrar o que valemos”, principalmente a nós próprios.

Agora que acabou o estágio, a insegurança que existia antes deste ainda existe, de certo modo, porque um dia que venhamos a integrar uma equipa num *atelier* ou numa entidade pública como uma Câmara, continuamos com o mesmo receio e com as mesmas questões relativas às nossas capacidades e eficiência. Sabemos também que estas dúvidas vão persistindo ao longo da vida, mas gostaríamos que este estágio tivesse apaziguado esta sensação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Fig. 85 - Biblioteca

Fonte: <http://casadopsicologo.net/> [6 Dez. 2013]

- ADLER, D., & TUTT, P. (1985). *New Metric Handbook: Planning and Design Data*. London: The Architectural Press.
- ALVES, F. M. B. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CABRAL, F. C., & TELLES, G. R. (2005). *A Árvore em Portugal*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO (2004). *Montemor-o-Novo: Castelo*. Montemor-o-Novo: Autor.
- COSTA, A., & MACEDO, J. (2008). *Manual do Planeamento de Acessibilidades e Transportes – Engenharia de Tráfego: conceitos básicos*. CCDRn – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- ESPERANÇA, E. J. (1997). *Património e Comunicação – políticas e práticas culturais*. Lisboa: Vega.
- FERREIRA, C., A. (1992). *Valorizar e Desenvolver as Áreas de Património Classificado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico.
- GASPAR, J. (2010). *Google SketchUp Pro Avançado*. São Paulo: VectroPro.
- GASPAR, J. (2010). *Google SketchUp Pro 8 passo a passo*. São Paulo: VectroPro.
- INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO (2004). *Estudos/Património. Salvaguarda do Património, 6*.
- MANCHÓN, L. F., & SANTAMERA, J. A. (2000). *Recomendaciones para el Proyecto y Diseño del Viario Urbano*. Madrid: Ministerio de Fomento – Dirección General de la Vivienda, la Arquitectura y el Urbanismo.
- MOREIRA, J. M. (2008). *Árvores e Arbustos em Portugal*. Lisboa: SIG – Sociedade Industrial Gráfica.
- NEUFERT, E. (1981). *Arte de Projectar em Arquitectura*. São Paulo: Gustavo Gili, S.A..
- Nunes, M. I. (2012). *Projeto de Arquitetura Paisagista no Atelier RMP Stephan Lenzen Landschaftsarchitekten*. Relatório de Estágio de Mestrado (não publicado). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- TELES, P., et al (2009). *Acessibilidade e Mobilidade para Todos: Apontamentos para uma interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto*. Porto: Inova
- VIDIELLA, A. S. (2011). *Atlas de Arquitectura del Paisaje*. Barcelona: LOFT Publications.

Al Tejo. (2003). Obtido em 18 de Setembro de 2013, de Luís Tata: <http://alandroal.blogspot.pt/2009/02/para-memoria-futura-artigo-de-augusto.html>

Bing Maps. (2013). Obtido em 12 de Março, 2 de Julho e 28 de Agosto de 2013, de Bing: <http://www.bing.com/maps/>

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (n.d.). Obtido em 28 de Maio de 2013, de Câmara Municipal de Montemor-o-Novo: <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/conteudos/o%20concelho/historia/castelo%20montemor.htm>

CAMPO, S., CUNHA, N., MAGALHÃES, M., & SILVA, A. (n.d.). *Delimitação da Estrutura Ecológica Municipal de Loures – métodos de análise espacial para interpretação da paisagem*. Obtido em 3 de Dezembro de 2013, de igeo – Instituto Geográfico Português: http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/biblioteca/PublicacoesIGP/esig_2002/papers/p038.pdf

CARNEIRO, A. M. P. A. (2004). *O Património Reencontrado – Centro Histórico de Guimarães, Património da Humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania*. Tese de Mestrado em Antropologia. Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, Braga, Portugal. Obtido em 18 de Outubro de 2013, de RepositóriUM – Universidade do Minho: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2695>

CUNHA, N., S., & MAGALHÃES, M., R. (2013). *Estrutura Ecológica Nacional*. Obtido em 13 de Dezembro de 2013, de Conferência Internacional, Estrutura Ecológica Nacional – Conceitos e Delimitação, CEAP – Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista “Professor Caldeira Cabral”: http://www.isa.utl.pt/ceap/index_files/4_EEN_MRMAGALHAES_NATCUNHA.pdf

CURADO, M., & QUINTAS, A. (2010). *Estrutura Ecológica Urbana: sistema multifuncional de desenvolvimento urbano*. Obtido em 3 de Dezembro de 2013, de XII Coloquio Ibérico de Geografia – Universidade do Porto: <http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/42.pdf>

EPIC WebGIS Portugal (2013). *Estrutura Ecológica Nacional – uma proposta de delimitação e regulamentação*. Obtido em 9 de Dezembro de 2013, de CEAP – Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista “Professor Caldeira Cabral”: http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/pmapper/map_default.phtml

FERREIRA, J., C. (2010). *Estrutura Ecológica e Corredores Verdes. Estratégias Territoriais para um Futuro Urbano Sustentável*. Obtido em 3 de Dezembro de 2013, de 4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável – PLURIS 2010. Universidade do Algarve: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/Actas/PDF/Paper267.pdf>

Google Maps. (2013). Obtido em 7 de Março de 2013, de Google: <https://maps.google.pt/>

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. (n.d.). Obtido em 28 de Maio de 2013, de Governo de Portugal – Direcção-Geral do Património Cultural: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70440/>

MATIAS, D. J. A. S. P. (2009). *Execução do Parque de Estacionamento Subterrâneo na Rua Capitão Leitão - Almada*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Lisboa, Portugal. Obtido em 18 de março de 2013, de Instituto Politécnico de Lisboa – Repositório Científico: <http://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/1575>

Montemor-o-Novo. Cidade de Pedras e de História(s). (n.d.). Obtido em 18 de Setembro de 2013, de MonteMaior: http://montemaior.blogspot.pt/2005_05_01_archive.html

Montemor-o-Novo na internet. (n.d.). Obtido em 18 de Setembro de 2013, de Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo: <http://montemor-o-novo.blogspot.pt/2008/06/montemor-o-novo-antigamente.html>

PEREIRA, M. M. D. C. E. (2008). *Praças públicas sustentáveis – Caso de renovação das praças*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, Lisboa, Portugal. Obtido em 24 de Outubro de 2013, de Instituto Superior Técnico: <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/242873/1/Tese.pdf>

PINTO, M., & SILVA, V. (2008). *PDM Gaia – Estrutura Ecológica Municipal: memória descritiva*. Obtido em 3 de Dezembro de 2013, de Gaiurb – urbanismo e habitação, EM: <http://www.gaiurb.pt/revpdm/memoria.pdf>

Portal regiaocentro.net. (n.d.). Obtido em 18 de Setembro de 2013, de regiaocentro.net: <http://www.regiaocentro.net/lugares/coimbra/universidade/>

RODRIGUES, D. (n.d.). *Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica*. Obtido em 18 de Outubro de 2013, de Ubimuseum: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>

ROZISKY, C. (2013). *A memória do património*. Obtido em 18 de Outubro de 2013, de Contribuciones a las Ciencias Sociales: <http://www.eumed.net/rev/cccss/25/bens-culturais.html>

TORRES, G. (n.d.). *Herança(s) Cultural(ais): O Homem, o Património e a História*. Obtido em 12 de Dezembro de 2013, de EuroMACHS – Universidade de Coimbra: <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=heranca-s-cultural-ais>